

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL



JUL/AGO/SET

ISSN 2595-2234

BOLETIM DE
CONJUNTURA

ECO NÔ MI CA MARANHENSE

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

SEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Luis Fernando Silva

**PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E
CARTOGRÁFICOS**

Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Hiroshi Matsumoto

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento Carvalho

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS

Anderson Nunes Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS

Geilson Bruno Pestana Moraes

ORGANIZAÇÃO

Dionatan Silva Carvalho

Geilson Bruno Pestana Moraes

Hiroshi Matsumoto

ELABORAÇÃO

Anderson Nunes Silva

Carlos Eduardo Nascimento Campos

Dionatan Silva Carvalho

Geilson Bruno Pestana Moraes

Júlia Rebechi de Azevedo

Matheus Pereira Farias

Mírian Carvalho da Costa

Neuzilene Lima Costa

Pedro Augusto da Silva Tavares

Raphael Bruno Bezerra Silva

REVISÃO DE LINGUAGEM

Yamille Castro

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de
Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 8, n. 3, jul./ set. São
Luís: IMESC, 2020

Trimestral

ISSN 2595 2234

51 p.

1. Economia 2. Maranhão I. Título

CDU 33 (812.1)

SUMÁRIO

1.	ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL	8
2.	ABRANGÊNCIA NACIONAL	10
2.1	Indicadores Macroeconômicos e Nível de Atividades	10
2.1.1	Câmbio	10
2.1.2	Inflação e juros	11
2.1.3	Produto Interno Bruto – PIB	13
2.1.4	Agricultura	16
2.1.5	Indústria	17
2.1.6	Serviços	20
2.1.7	Comércio	21
2.1.8	Financiamento Imobiliário	23
2.2	Balanço de Pagamentos e Comércio Exterior	24
2.2.1	Balanço de Pagamentos	24
2.2.2	Balança Comercial	25
2.3	Finanças Públicas	26
2.4	Mercado de Trabalho	29
3.	ABRANGÊNCIA ESTADUAL	31
3.1.	Indicadores e Nível de Atividades	31
3.1.1.	Inflação	31
3.1.2.	Produto Interno Bruto	32
3.1.3.	Agropecuária	34
3.1.4.	Indústria	35
3.1.5.	Serviços	37
3.1.6.	Comércio Varejista	38
3.2.	Comércio Exterior	39
3.2.1.	<i>Commodities</i>	39
3.2.2.	Balança Comercial	41
3.3.	Investimentos	43
3.4.	Finanças Públicas	44
3.5.	Mercado de Trabalho	49
3.5.1.	Ocupação	49
3.5.2.	Emprego formal	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: Evolução da taxa de câmbio, real brasileiro (BRL), comparado com o dólar dos EUA (USD), janeiro de 2019 a outubro de 2020, fim de período	11
Gráfico 2 - Brasil: Variação mensal (%): Índice Geral; Grupos de maior impacto; jan./20 a set./20	12
Gráfico 3 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre nov./20 e jan./25 em %.....	12
Gráfico 4 - Evolução Mensal da Atividade Econômica no Brasil: Prévia do PIB, Produção Industrial, Safra Agrícola (mm12), Volume de Vendas e de Serviços, série com ajuste sazonal (média 2014=100)	14
Gráfico 5 - Brasil: Taxa real de variação interanual do PIB nacional de 2015 a 2024* (%)	16
Gráfico 6 - Brasil: Estimativa da produção de grãos acompanhada pelo LSPA 2019 e setembro/2020 – em mil toneladas	17
Gráfico 7 - Brasil: Variação mensal da produção física por atividade da Indústria de Transformação; variação no acumulado do ano até setembro (%).....	19
Gráfico 8 - Brasil: Variação do Índice de Confiança de Serviços e os subcomponentes (ICS) – situação atual e expectativas, de set/12 a set/20	21
Gráfico 9 - Crédito Imobiliário: Recursos oriundos do SBPE e FGTS, 2019 e 2020, valores (em R\$ bilhões) constantes, IPCA de agosto de 2020	23
Gráfico 10 - Exportações brasileiras e taxa de câmbio em 2019 e 2020*	26
Gráfico 11 - Maranhão: Acumulado do ano (%): Índice Geral; Subitens: arroz e óleo de soja ..	31
Gráfico 12 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e taxa de crescimento real do PIB – 2010 a 2022 (%)	32
Gráfico 13 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) – 2011 a 2020.....	34
Gráfico 14 - Maranhão: Estimativa da produção, área plantada e colhida e rendimento médio das principais culturas acompanhadas pelo LSPA do Maranhão – 2019 e setembro/2020 (mil toneladas).....	35
Gráfico 15 - Evolução do ICEI do Maranhão e do Brasil – entre agosto/2019 e agosto/2020	36
Gráfico 16 - Saldo de empregos formais na Indústria e Construção Civil – entre janeiro e agosto/2020	37
Gráfico 17 - Número-índice para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina e algodão, de janeiro de 2018 até setembro de 2020 (Base 2010 = 100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais	40
Gráfico 18 - Número-índice para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de janeiro de 2018 a setembro de 2020 (Base 2010 = 100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais.....	41
Gráfico 19 - Destinação de investimentos públicos estaduais em andamento por categoria, atualizados até setembro de 2020 – (%)	44
Gráfico 20 - Maranhão: Gastos por função no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020**, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2020).....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atualização do Panorama Econômico Mundial, com base no WEO de junho a outubro de 2020.....	8
Tabela 2 - Brasil: Previsões para a variação % - Mediana Trimestral - Período do 3º Trimestre de 2020, do PIB e do Valor Adicionado da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços (Base = igual período do ano anterior), data de divulgação e diferença em p.p.	14
Tabela 3 - Brasil: Variação da produção industrial por categoria de uso – resultados mensais do trimestre encerrado em setembro de 2020, em 12 meses e comparação interanual mensal, acumulado do ano	18
Tabela 4 - Variação (%) dos indicadores do volume de serviços, segundo as atividades de divulgação relacionadas a agosto de 2020 (Base fixa 2014 = 100).....	20
Tabela 5 - Brasil: Variação (%) dos indicadores do volume de vendas do comércio varejista, segundo as atividades de divulgação em agosto de 2020 (Base fixa 2014 = 100)	22
Tabela 6 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2018 e 2019 (US\$ bilhões).....	24
Tabela 7 - Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2018 até 2020*, valores em US\$ milhões e variação em percentual (%).....	25
Tabela 8 - Brasil: Receita Total desagregada em agosto de 2019 e de 2020, e no acumulado de janeiro a agosto de 2019 e de 2020, em R\$ milhões, constantes de agosto de 2020 (corrigidos pelo IPCA) e taxa de crescimento real (%).....	27
Tabela 9 - Brasil: Despesa Total desagregada em agosto de 2019 e 2020, acumulado de janeiro a agosto de 2019 e 2020, em R\$ milhões, constantes de agosto de 2020 (corrigidos pelo IPCA) e taxa de crescimento real (%).....	28
Tabela 10 - Brasil: Indicadores de mercado de trabalho – em milhões de pessoas acima de 14 anos	30
Tabela 11 - Variação (%) dos indicadores do volume de serviços, segundo as atividades de divulgação em julho de 2020 (Base fixa 2014 = 100).....	37
Tabela 12 - Brasil e Maranhão: Indicadores (%) do volume de vendas do varejo restrito e ampliado, em agosto de 2020 (Base fixa 2014 = 100)	38
Tabela 13 - Maranhão: Variações (%) do total de licenciamentos de veículos, em setembro de 2020.....	38
Tabela 14 - Balança Comercial Maranhense de 2015 até 2020*, valores em US\$ milhões e variação em (%)	41
Tabela 15 - Principais complexos e produtos exportados pelo estado do Maranhão de 2018 até 2020*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e crescimento (%)	42
Tabela 16 - Principais produtos das importações maranhenses de 2018 a 2020*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variação (%)	43
Tabela 17 - Maranhão: Receitas Correntes e de Capital, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2020), no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020*	45
Tabela 18 - Maranhão: Arrecadação de tributos estaduais em setembro de 2019 e 2020 e no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020*, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2020), crescimento (%) e Variação Absoluta	45
Tabela 19 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica em setembro de 2019 e 2020 e no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2020), crescimento (%) e Variação Absoluta.....	46
Tabela 20 - Maranhão: Transferências Constitucionais para o Maranhão em setembro de 2019 e 2020, no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020, em R\$ milhões correntes, crescimento (%) e Variação Absoluta.....	47
Tabela 21 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020, em R\$ milhões constantes (IPCA set/2020).....	47
Tabela 22 - Maranhão: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas – saldo mensal* e acumulado** de 2020	50

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense tem por objetivo analisar a dinâmica da conjuntura econômica maranhense, bem como as perspectivas de curto e médio prazos. O Boletim alcança os mais diversos segmentos, tais como: setor público, empresários, trabalhadores, acadêmicos, professores, pesquisadores e sociedade civil organizada ou não. Publicado desde o ano de 2008, o Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense é um dos principais produtos do IMESC e possui o desafio de retratar a economia maranhense de forma holística, por meio de informações oficiais.

A análise estrutura-se em três grandes tópicos, considerando que os das economias internacional e nacional contemplam, sobretudo, os aspectos que subsidiam a análise da economia estadual. Na economia internacional, analisa-se o crescimento do PIB das principais economias e de alguns parceiros comerciais do Brasil. Nesta edição, em especial, a Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE) contribuiu com esse tópico, trazendo uma análise de cunho político-institucional em relação à abrangência internacional. Na economia nacional, são analisados indicadores macroeconômicos e do nível de atividades (câmbio, inflação, juros, Produto Interno Bruto – PIB, agropecuária, indústria, serviços e comércio varejista); comércio exterior (balanço de pagamentos, *commodities* e balança comercial); mercado de trabalho (formal e ocupação); e finanças públicas. Na economia maranhense, faz-se um amplo levantamento dos principais indicadores disponíveis para o âmbito estadual, tanto em bases secundárias, como em registros administrativos de ministérios, secretarias de estado, órgãos estaduais, conselhos de classe e empresas) sobre os seguintes temas: inflação, PIB, produção agrícola, indústria, serviços, comércio, inadimplência, investimentos, comércio exterior (balança comercial), mercado de trabalho estadual (formal e ocupação) e finanças públicas (receitas e despesas).

Boa Leitura!

SUMÁRIO EXECUTIVO

Além da grande perda de vidas humanas, a COVID-19 tem provocado, em decorrência do isolamento social, uma queda no desempenho das economias dos países em 2020. No terceiro trimestre de 2020, com a flexibilização das medidas restritivas à mobilidade, observa-se uma recuperação dos indicadores das atividades econômicas, impulsionadas, em boa medida, pelas políticas monetárias e fiscais mobilizadas para mitigar os efeitos econômicos da pandemia. O WEO (Relatório econômico) de outubro desse ano do FMI (Fundo Monetário Internacional) revisou sua projeção com alta de 0,8 ponto percentual em relação ao último relatório de junho de 2020. Desse modo, estima-se que o desempenho da economia mundial deverá ser de -4,4%.

Até o mês de outubro, a moeda brasileira foi a moeda que mais perdeu valor no acumulado de 2020, (- 39,8%) afetada, principalmente, pela pandemia e por questões domésticas, com destaque para o risco fiscal e a queda da taxa de juros (estabelecida em 2% a.a). Nas finanças públicas, a receita total apresentou recuo de 15,0% no acumulado do ano e os gastos totais já atingiram R\$ 1,33 trilhão, crescimento de 45,1%.

Os juros futuros apontam perspectiva de elevação no longo prazo com prêmio de risco embutido. Apesar de o Brasil apresentar tímidos sinais de retomada no nível de atividades, as expectativas com relação à inflação começam a apresentar uma mudança de nível com a pressão exercida pelo grupo de Alimentação e bebidas.

Em relação à previsão anual do PIB do Brasil, conforme estimativa da Secretaria de Política Econômica (SPE) de setembro/2020, o Governo Federal estima uma retração de -4,7% no PIB em 2020, em termos reais. Dentre os setores de atividade, depreende-se que apenas a Agricultura sustentou crescimento durante a pandemia e os setores da Indústria e Comércio já superaram o nível pré-pandemia em termos de volume de vendas. O setor de Serviços é o único que não recuperou o desempenho verificado antes da pandemia, encontrando-se em patamar 9,8% abaixo do nível pré-pandemia da COVID-19, cujo mês de referência é fevereiro de 2020.

Em relação ao mercado de trabalho, no acumulado do ano até setembro de 2020, o país ainda registra saldo negativo de 558,6 mil empregos, decorrente de 10.617.333 admissões e de 11.175.930 desligamentos.

Na abrangência estadual, no terceiro trimestre de 2020, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em São Luís, registrou três variações mensais positivas. Seguindo a trajetória nacional, esse trimestre foi o de maior crescimento do ano, tendo em vista a pressão dos produtos alimentícios e dos combustíveis.

Em relação ao Produto Interno Bruto, a retomada gradual das atividades econômicas iniciada em junho contribuiu para um melhor cenário sobre o desempenho da economia estadual em 2020. Nesse intento, a estimativa do PIB para 2020 foi reavaliada para um recuo de 5,8%. A estimativa do trimestre anterior previa uma queda no PIB maranhense em 2020 da ordem de 8,0%.

Na Agropecuária, vale destacar o crescimento estimado de 9,2% da produção graneleira, que deverá ultrapassar os 5,3 milhões de toneladas de grãos esse ano, sendo que os agricultores maranhenses deverão colher, aproximadamente, 3,1 milhões de toneladas de soja (+ 7,6% em comparação a safra de 2019).

Como indicador da retomada das atividades, o emprego na Indústria apresentou desempenho positivo no estado em agosto, atingindo um saldo de +605 novos postos de trabalho formal. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) registrou o terceiro aumento consecutivo das admissões do setor industrial Maranhense, após demonstrar recuo nos

meses de abril e maio. A Indústria da Construção foi o segmento com o saldo de empregos mais expressivo em agosto (+1.969), seguido pelos segmentos Indústria de Transformação (+502).

No que tange ao comércio maranhense, no acumulado do ano até agosto, foi verificada recuperação das perdas decorrentes da pandemia e em agosto, houve um avanço de 3,8%, superando o pior momento do ano. Destaca-se que o Maranhão se encontra em situação mais favorável que a observada na abrangência nacional, tendo em vista que o país ainda não recuperou as perdas contraídas no volume de vendas ao longo do ano.

Em relação às finanças públicas, as medidas de combate à COVID-19 no Maranhão atenuam o impacto negativo da crise. Os Gastos com Saúde crescem 36,4% até setembro de 2020, consolidando-se como o maior gasto no acumulado do ano. De janeiro a setembro de 2020, as despesas do estado corresponderam a R\$ 12,4 bilhões, permanecendo no mesmo patamar do ano passado. Desse montante, R\$ 11,1 bilhões foram direcionados para as Despesas Correntes e R\$ 1,3 bilhão para as Despesas de Capital.

No que se refere ao Mercado de Trabalho, destaca-se, que até o primeiro bimestre deste ano, o comportamento do emprego formal do Maranhão vinha atingindo um desempenho superior ao observado no ano passado. Esse quadro altera-se drasticamente com a crise sanitária iniciada em março deste ano, que resultou em 3,0 mil demissões líquidas no primeiro semestre. Contudo, somente no terceiro trimestre do ano, a geração de empregos no estado superou em cinco vezes as perdas registradas até aquele momento, culminando em 13.033 admissões líquidas no acumulado de 2020. Trata-se do quarto maior saldo de contratações formais no país, sendo o estado maranhense o único do Nordeste a apresentar geração de vagas no ano.

1. ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL

Projeção de crescimento global para o ano 2020, revisada em outubro, indica queda de -4,4% para a economia mundial, segundo o FMI.

Além da grande perda de vidas humanas, a COVID-19 tem provocado, como supramencionado, uma queda no desempenho das economias dos países em 2020 devido ao isolamento social. No terceiro trimestre de 2020, com a flexibilização das medidas restritivas à mobilidade, observa-se uma recuperação dos indicadores das atividades econômicas, impulsionadas, em boa medida, pelas políticas monetárias e fiscais mobilizadas para mitigar os efeitos da pandemia sobre a renda, a demanda, o emprego e crédito.

O WEO (Relatório econômico) de outubro desse ano do FMI (Fundo Monetário Internacional) revisou sua projeção com alta de 0,8 ponto percentual em relação ao último relatório de junho de 2020. Desse modo, estima-se que o desempenho da economia mundial deverá ser de -4,4%. Essa melhora nas projeções do FMI se deve ao avanço das atividades econômicas, observado principalmente, nas economias avançadas, decorrentes do arrefecimento do ritmo de contágio da COVID-19.

Tabela 1 - Atualização do Panorama Econômico Mundial, com base no WEO de junho a outubro de 2020

Países e Regiões	Projeções			Diferença de	
	2019	out/2020	junho/2020	2020	2021
PIB Mundial	2,8	-4,4	5,2	0,8	-0,2
Economias avançadas	1,7	-5,8	3,9	2,3	-0,9
Estados Unidos	2,2	-4,3	3,1	3,7	-1,4
Zona do Euro	1,3	-8,3	5,2	1,9	-0,8
Alemanha	0,6	-6,0	4,2	1,8	-1,2
França	1,5	-9,8	6,0	2,7	-1,3
Japão	0,7	-5,3	2,3	0,5	-0,1
Economias emergentes	3,7	-3,3	6,0	-0,2	0,2
Rússia	1,3	-4,1	2,8	2,5	-1,3
China	6,1	1,9	8,2	0,9	0,0
Índia	4,2	-10,3	8,8	-5,8	2,8
America Latina e Caribe	0,0	-8,1	3,6	1,3	-0,1
Brasil	1,1	-5,8	2,8	3,3	-0,8

Fonte: WEO outubro de 2020, FMI

Entretanto, o cenário de enfrentamento da pandemia no mundo é extremamente volátil e, em face do que se chama de segunda onda da COVID-19, é possível observar em alguns países europeus, como França, Espanha, Itália e Alemanha, o reestabelecimento de medidas de restrição social mais rigorosas neste terceiro trimestre de 2020. Tal adversidade poderá impactar em seus níveis de atividade econômica neste ano.¹

¹ Esse é o caso da França que no dia 28 de outubro decretou *lockdown* (nova quarentena imposta a diversas atividades comerciais) que poderá durar até 1º de dezembro e com multas ao cidadão que descumprir essas normas. No mesmo dia 28, a Alemanha também impôs medidas de restrição social que deverão perdurar até o final de novembro, com o fechamento de bares, restaurantes, teatros e academias, além de eventos esportivos. A Itália também vem impondo as normas restritivas às atividades comerciais desde o dia 25 de outubro e a Espanha declarou estado de emergência com toque de recolher de 23 até as 6 horas, com possibilidades para as próximas semanas de imposição de *lockdown*.

Uma das consequências do endurecimento das últimas normas de distanciamento social na Europa tem sido o aumento da insegurança dos investidores em bolsas de valores de todo o mundo. Isso se dá por causa do temor do impacto da segunda onda da COVID-19 na recuperação econômica europeia e em todo o mundo, além de impactos cambiais que repercutem em economias como a brasileira.

Colaborou para o cenário projetado e apresentado pelo WEO de outubro desse ano, a recuperação da economia chinesa cuja projeção, que antes apontava 1% de crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB), foi revisado para 1,9%, impulsionada pelo investimento público em infraestrutura e nas atividades industriais, o que sustentou o nível de emprego e beneficiou o comércio interno. As exportações chinesas se recuperaram de um declínio no início do ano apoiadas por uma forte recuperação da demanda externa por equipamentos médicos. A demanda por produtos contra a COVID-19 impulsionou em 456% as exportações da China para os Estados Unidos da América nos oito primeiros meses do ano, segundo a OMC.

Apesar do bom resultado das exportações chinesas para os EUA, as tarifas estabelecidas pelo governo estadunidense impactaram na queda acentuada de oito das dez principais categorias de produtos exportados pela China. Isso indica que, apesar de a China ainda estar sujeita a turbulências macroeconômicas, como as decorrentes da guerra comercial com os Estados Unidos, ela demonstra sinais de recuperação econômica, segundo o WEO. Possivelmente, isso se dará mediante a intensificação da estratégia de exportações, aliada a uma expansão de parceiros comerciais, favorecida, também, por uma posição de apoio à Organização Mundial de Saúde (OMS), objetivando adicionar a compra e distribuição de vacinas à sua pauta de exportações de equipamentos médicos e de proteção pessoal.

O mês de agosto foi marcado pela continuidade da guerra comercial travada pelos Estados Unidos e China, que teve como desdobramento, o fechamento da embaixada chinesa na cidade de Houston, no Texas, sob a alegação de espionagem. As controvérsias entre as potências, pelo mercado global, causam o acirramento de medidas protecionistas e, na tentativa de frear o projeto expansionista chinês, novas sanções às empresas chinesas foram impostas pelo governo norte-americano. Ambos seguem em disputa mediada pela OMC, e a falta de acordo entre as nações, periga uma baixa na demanda por produtos brasileiros, além de acarretar na desaceleração da economia mundial e, por conseguinte, na diminuição do PIB das nações.

A projeção da economia americana para 2020 foi revisada, no WEO de outubro, para -4,3%, antes (junho) a projeção era de -8%. O banco central americano, FED - Federal Reserve, avaliou que os EUA dão sinais de recuperação econômica após o forte impacto provocado pela COVID-19, mas esses sinais ainda são frágeis e devem necessitar de estímulos do Governo para uma reativação econômica mais vigorosa. Dessa maneira, as projeções para 2021 também foram revisadas no relatório WEO, passando de 1,7% em junho para 3,1% em outubro.

Para a Zona do Euro, o WEO de outubro projetou queda de -8,3% para 2020, um reajuste para cima em relação à projeção divulgada em junho, quando a queda era de -10,2%. Apesar do reajuste, o cenário ainda é ruim. A dificuldade econômica do bloco europeu é um dos motivos da queda de 15,8% nas compras de produtos brasileiros de janeiro a setembro de 2020 em comparação ao mesmo período do ano anterior, conforme dados do Ministério da Economia.

Com o resultado das eleições do novo presidente dos Estados Unidos definido, é provável que a nação norte-americana tenha uma postura de maior confronto à COVID-19. Divulgada pela equipe administrativa do candidato aprovado, a agenda de prioridades destaca pontos como as

ações de combate à pandemia, saúde pública, retomada econômica, mudanças climáticas², política externa e segurança nacional além de questões raciais e migratórias.

Em relação à política externa norte-americana, o plano do candidato eleito é revogar inúmeras condutas da administração anterior que levaram os EUA a saírem de acordos, instituições e regimes internacionais, se comprometendo com o reingresso ao Acordo Climático de Paris, a reentrada na Organização Mundial de Saúde, ingressando na COVAX, a coalizão global para distribuir a vacina da COVID-19, além de reafirmar o compromisso com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e outras valiosas alianças diplomáticas e de segurança. Essas atitudes devem mudar a política externa isolacionista e unilateralista que o governo Trump exercia, para uma estratégia que favorece a multilateralidade, adotando medidas de fortalecimento de alianças para a contenção de potências como a China e a Rússia. De modo geral, pode-se dizer que a postura do presidente eleito oferecerá mais uma mudança de abordagem do que de direção, evitando embates e ataques com tarifas unilaterais, porém dando continuidade à postura de oposição à criação de uma nova ordem global asiática.

Em relação aos acordos com o Brasil, assinados no governo Trump, como o de salvaguardas tecnológicas para o Centro de lançamentos de Alcântara, não deve haver mudanças estruturais, porém a possível mudança da postura externa norte-americana significa que poderá haver a necessidade de um realinhamento da política externa brasileira. Quanto à OCDE, que é um importante órgão de regulamentação econômica, existe o pleito do Brasil de fazer parte dessa instituição, sendo que o apoio ao ingresso brasileiro pelos EUA dependerá das negociações diplomáticas entre tais países.

Nesse cenário econômico, de enfrentamento das consequências econômicas advindas do combate à COVID-19, o Brasil teve a projeção do seu PIB, referente a 2020, revisado para -5,8%, segundo o WEO de outubro deste ano. O último relatório do FMI indicava queda de -9,1% do PIB para o mesmo período. A China, principal parceira comercial do Brasil, no início do terceiro trimestre, elevou a compra de produtos brasileiros em 4,6% e hoje responde por 34,1% de participação na pauta de exportação brasileira, o que contribuiu para a melhora da previsão do WEO sobre a economia nacional.

2. ABRANGÊNCIA NACIONAL

2.1 Indicadores Macroeconômicos e Nível de Atividades

2.1.1 Câmbio

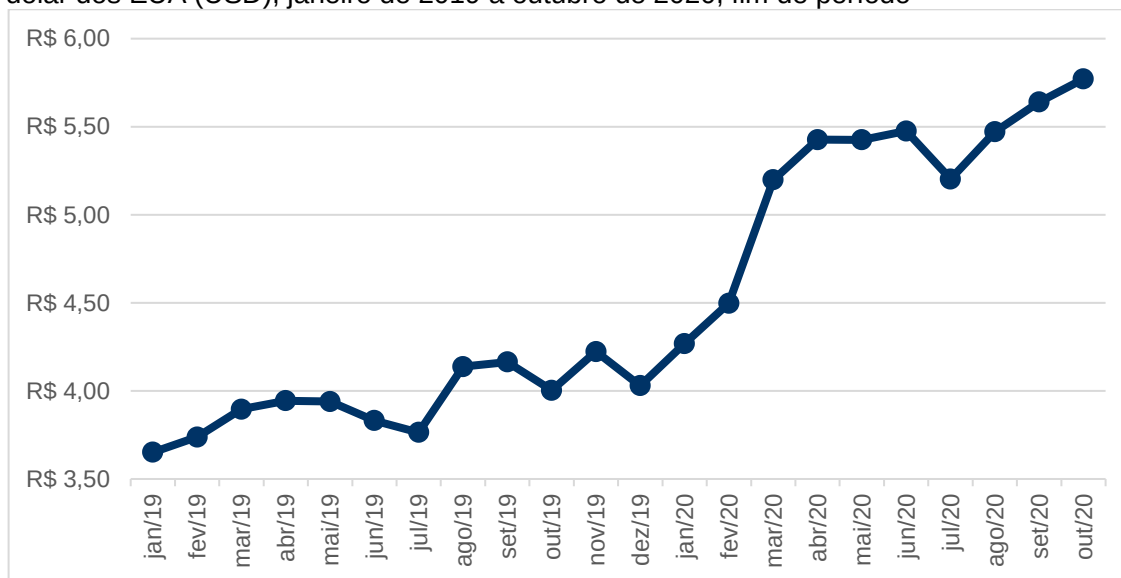
O real foi a moeda que mais perdeu valor no acumulado de 2020

O real foi a moeda que mais perdeu valor em relação ao dólar em 2020. Até o mês de outubro, a moeda brasileira desvalorizou 39,8% acompanhada pela lira turca, que recuou 32,5% em relação ao dólar. Em seguida, vem o peso argentino (-28,8%); o rublo (-21,3%); o rand da África do Sul (-18,8%); o peso colombiano (-16,9%); e o peso mexicano (-13,4%).

Diversos fatores influenciaram a desvalorização cambial responsável pelo patamar próximo a R\$5,77/US\$, em outubro de 2020. Para além da pandemia da COVID-19, que impactou o mundo inteiro, são os problemas domésticos, principalmente, o risco fiscal e a queda da taxa de juros, que explicam esse resultado.

² Em relação às políticas ambientais, o futuro presidente já anunciou que deverá trazer os EUA novamente para o acordo de Paris, além de maior atenção à proteção da Amazônia e dos povos indígenas.

Gráfico 1 - Brasil: Evolução da taxa de câmbio, real brasileiro (BRL), comparado com o dólar dos EUA (USD), janeiro de 2019 a outubro de 2020, fim de período



Fonte: Banco Central do Brasil

Diversos fatores influenciam a desvalorização ainda mais forte da moeda brasileira diante das turbulências globais:

- Países como o Brasil e outros emergentes estão mais suscetíveis às oscilações. Os fatores externos que pressionam o câmbio – como a pandemia e os riscos da segunda onda e as eleições norte-americanas – atingiram a todos.
- A economia da China, crescendo a taxas menores em razão dos entraves ao comércio e atividade das empresas, pressiona a queda no preço das *commodities*, que afeta, em especial, a economia brasileira exportadora de matérias-primas.
- Se todos os países foram impactados pela crise sanitária, a explicação para o tombo mais forte do real pode estar associada a problemas domésticos. As incertezas em relação ao risco fiscal, diante o aumento dos gastos públicos, e o andamento das reformas estruturais, são fatores que influenciam.
- Com a Selic no menor patamar histórico – fixada em 2% ao ano – tornou alguns rendimentos baseados na taxa de juros brasileira menos atraentes para o investidor estrangeiro.

2.1.2 Inflação e juros

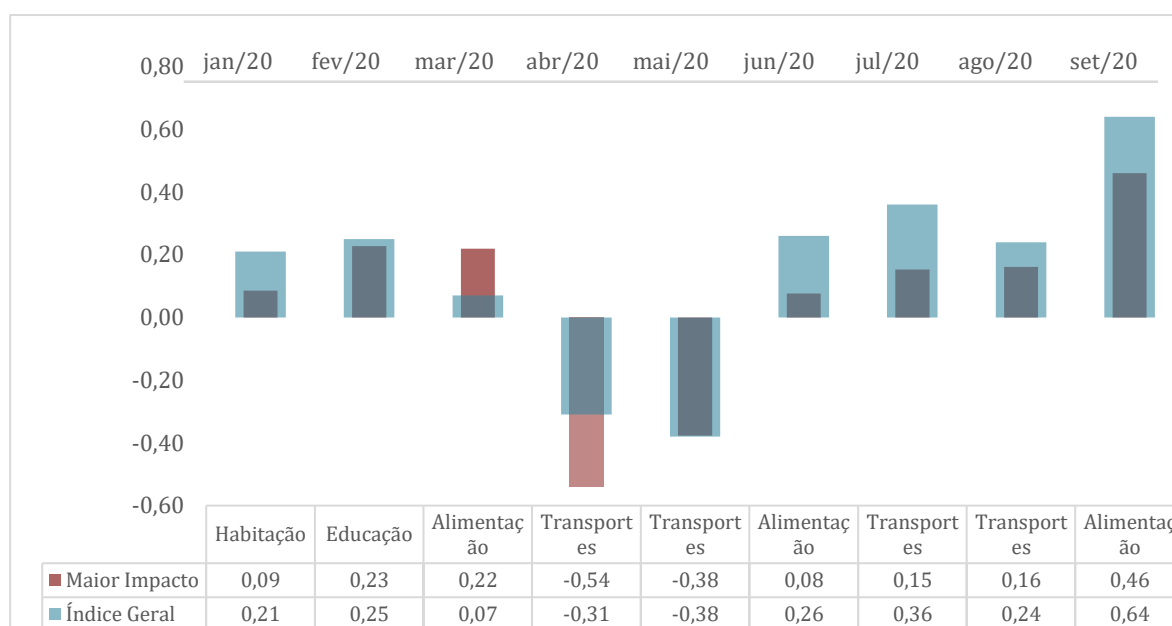
Inflação apresenta mudança de comportamento, no terceiro trimestre, com pressão do grupo Alimentos e bebidas

Com três variações mensais positivas, o terceiro trimestre apresentou o maior crescimento acumulado no ano. A inflação avançou 0,64% em setembro, maior alta para o mês desde 2003. Com o resultado do mês de setembro, a inflação acumulada no ano elevou-se para 1,35% ante 0,70% registrado até mês de agosto. A aceleração dos preços em setembro se deve, principalmente, ao grupo de “Alimentação e Bebidas”, destacando-se os subitens Arroz, Óleo de soja e Leite longa vida que apresentaram variação de 17,98%, 27,54% e 6,01% respectivamente. Apenas esses três subitens adicionaram 32% no crescimento do IPCA.

Os produtos alimentícios sofreram pressão de demanda externa e interna. Com a

pandemia, alguns países priorizaram a segurança alimentar aumentando a necessidade por alimentos básicos, reduzindo a exportação dos mesmos e aumentando a importação, como no Brasil a política adotada não teve a mesma estratégia, a intensidade da elevação nos preços foi percebida pelo consumidor. Pela ótica interna, o isolamento social alterou a composição da cesta de consumo alimentar nos domicílios, o que elevou a demanda por alimentos básicos. Destaca-se também, a disposição de renda, possibilitada pelo auxílio emergencial a algumas famílias, que pressionaram o preço de itens da cesta básica. A gasolina, que é o segundo subitem que apresentou maior impacto no IPCA, teve preço acrescido devido à nova composição anunciada pela Petrobras³ e pela aceleração do câmbio.

Gráfico 2 - Brasil: Variação mensal (%): Índice Geral; Grupos de maior impacto; jan./20 a set./20



Fonte: IPCA/IBGE (2020)

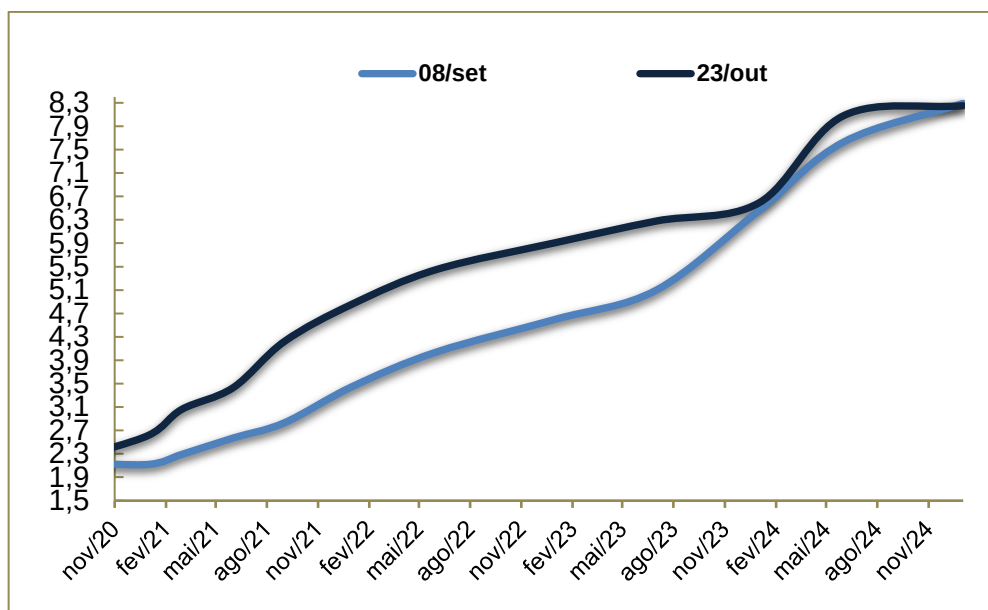
O IPCA para os 12 meses imediatamente anteriores acumula 3,14%, valor abaixo da meta do Banco Central para a inflação em 2020, que é de 4,0% (com 1,5% de tolerância). O Boletim Focus/BCB (30/out) apresentou expectativa de 3,02% para inflação acumulada até dezembro de 2020.

Juros: Expectativa de inflação e cenário internacional pressionam as expectativas da curva de juros

Os juros futuros apontam perspectiva de elevação no longo prazo com prêmio de risco embutido. Apesar do Brasil apresentar tímidos sinais de retomada no nível de atividades, as expectativas com relação à inflação começam a apresentar uma mudança de nível com a pressão exercida pelo grupo de Alimentação e bebidas. O Boletim Focus apresenta perspectiva de 2,0% para a taxa de juros para 2020 e 2,5% para 2021.

Gráfico 3 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre nov./20 e jan./25 em %

³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/16/tudo-quimica-afinal-o-que-muda-na-composicao-da-nova-gasolina-nacional.htm> Acesso em: 04/11/2020



Fonte: ADVFN/BM&F BOVESPA (2020)

2.1.3 Produto Interno Bruto – PIB

Relatório Focus do BCB estima uma retração de -4,4% do PIB brasileiro no terceiro trimestre de 2020

Segundo o Focus/BCB, de 30 de outubro de 2020, a estimativa para o resultado do PIB brasileiro no 3º trimestre⁴ de 2020 é de uma queda interanual de -4,4%, enquanto a previsão anterior (data de referência: 17/07/20) era de -11,5%. A estimativa para a variação interanual do PIB no 3º trimestre de 2020, segundo a ótica da oferta, encontra-se decomposta da seguinte maneira:

A Agropecuária foi mantida em 2% de crescimento. Trata-se do único setor que deve apresentar crescimento, dada a performance positiva da produção de Grãos e Cereais⁵. A média de 12 meses até setembro de 2020 apresenta crescimento de 5,94% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para a Indústria brasileira, a estimativa do Focus/BCB é de um recuo de 3,6% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo a PIM-PF, no terceiro trimestre de 2020, registrou-se variação interanual de -0,7% na Indústria Geral⁶. Destaca-se que a estimativa para o setor apresenta atenuação da queda prevista na estimativa anterior do Boletim Focus (-15%). O índice de produção física da indústria corrobora essa melhora, pois em setembro de 2020, a atividade industrial no país se encontrava 0,2% acima do patamar de fevereiro (nível pré-pandemia).

Para o setor de Serviços, o mais afetado na variação interanual pela pandemia da COVID-19, a estimativa é de queda de 5,64% no 3º trimestre de 2020, dada a combinação entre a performance dos indicadores do volume de serviços e do volume de vendas do comércio varejista ampliado⁷. Em relação à estimativa do Focus, divulgada no Boletim anterior, nota-se uma atenuação de 4,36 p.p, decorrente, principalmente, do resultado positivo do volume de vendas do comércio em julho e agosto de 2020.

⁴ O resultado oficial será divulgado pelo IBGE apenas em dezembro/2020.

⁵ Para mais informações, acessar a seção de Agricultura nacional deste Boletim.

⁶ Para mais informações, acessar a seção de Indústria nacional deste Boletim.

⁷ Para mais informações, acessar as seções de Serviços e Comércio Varejista deste Boletim.

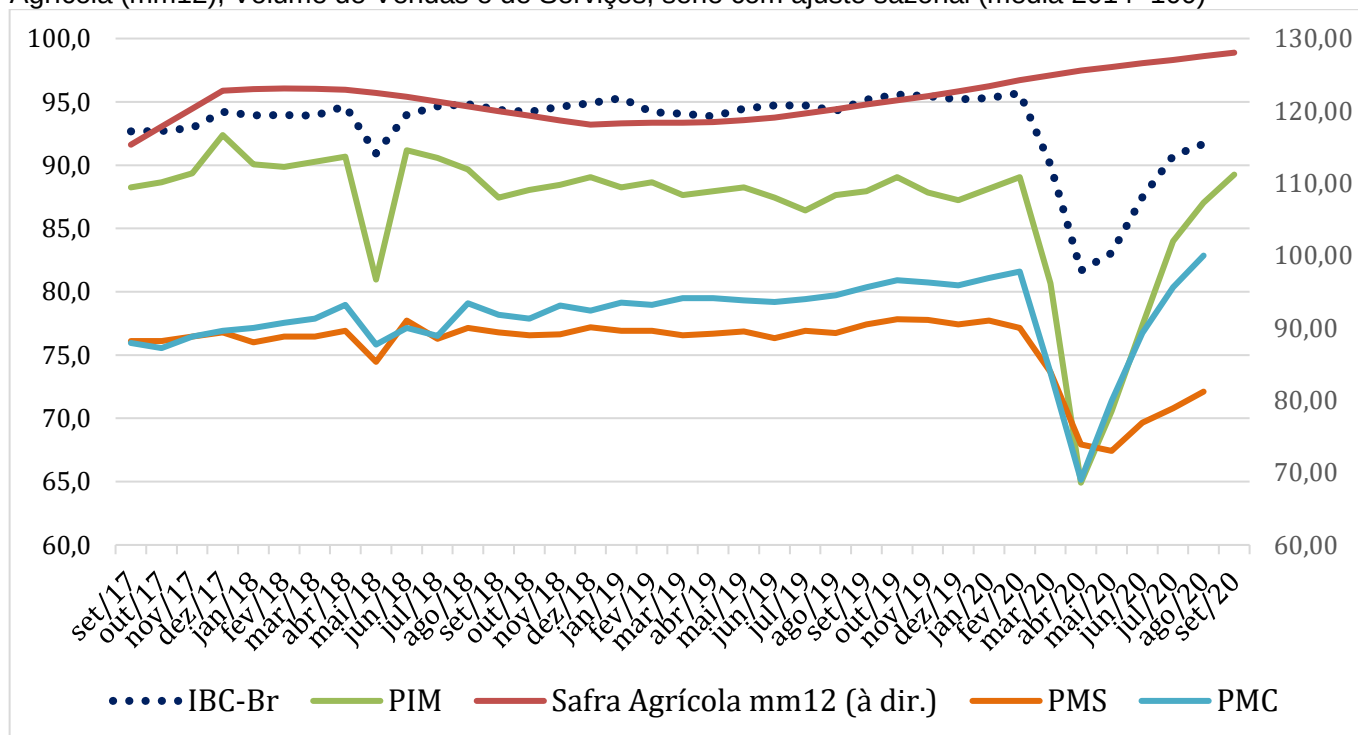
Tabela 2 - Brasil: Previsões para a variação % - Mediana Trimestral - Período do 3º Trimestre de 2020, do PIB e do Valor Adicionado da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços (Base = igual período do ano anterior), data de divulgação e diferença em p.p.

Ótica da Oferta	17/07/2020 (a) (%)	30/10/2020 (b) (%)	Diferença em p.p (b-a)
Agropecuária	2	2	0
Indústria	-15	-3,6	11,4
Serviços	-10	-5,64	4,36
PIB	-11,5	-4,4	7,1

Fonte: Focus/BCB de 30/10/20

Considerando o gráfico a seguir, dentre os setores de atividade, depreende-se que apenas a Agricultura sustentou crescimento durante a pandemia e os setores da Indústria e Comércio já superaram o nível pré-pandemia em termos de volume de vendas. O setor de Serviços é o único que não recuperou o desempenho verificado antes da pandemia, encontrando-se em patamar 9,8% abaixo do nível pré-pandemia da COVID-19, cujo mês de referência é fevereiro de 2020.

Gráfico 4 - Evolução Mensal da Atividade Econômica no Brasil: Prévia do PIB, Produção Industrial, Safra Agrícola (mm12), Volume de Vendas e de Serviços, série com ajuste sazonal (média 2014=100)



Fonte: BCB; IBGE
Elaboração: IMESC

O Indicador Antecedente Composto da Economia Brasileira (IACE), publicado pela FGV IBRE em parceria com a *The Conference Board* (TCB), subiu 1,2% em setembro de 2020. Quatro das oito séries componentes contribuíram positivamente para o resultado, com destaque para a Indústria⁸. No confronto com o período pré-pandemia no Brasil, o indicador apresenta alta de 1,9 pontos.

A seguir, analisa-se o comportamento dos componentes da demanda do PIB,

⁸ O Indicador Antecedente Composto da Economia agrega oito componentes econômicos que medem a atividade econômica no Brasil. Cada um deles vem se mostrando individualmente eficiente em antecipar tendências econômicas. A agregação dos indicadores individuais em um índice composto filtra os chamados “ruídos”, colaborando para que a tendência econômica efetiva seja revelada. Fonte: FGV.

considerando o impacto da pandemia na economia brasileira no trimestre móvel de junho a agosto/2020, segundo o Monitor do PIB, da FGV.⁹

Em relação ao Consumo das Famílias, apesar das medidas de estímulo ao consumo, a exemplo do auxílio emergencial, registrou-se um recuo de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O consumo dos serviços é o componente que apresenta a recuperação mais lenta entre todas as categorias de consumo, sobretudo em alojamento, alimentação, saúde privada e demais serviços prestados as famílias.

No que se refere à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), registrou-se recuo de 4,2% no comparativo interanual, com a categoria de máquinas e equipamentos (-10,7%) apresentando a maior retração. Nessa perspectiva, considerando o item de maior peso, verificou-se que o principal componente responsável pelo recuo é a categoria de automóveis, caminhões e caminhonetes e ônibus que, para além da repercussão doméstica da crise provocada pela pandemia, sofre efeitos diretos da crise na economia argentina, principal destino da exportação de veículos produzidos no Brasil.

No que tange às exportações, registrou-se que a exportação de bens e serviços cresceu 7,2% no trimestre no período de referência, em comparação com o mesmo trimestre de 2019. Os principais destaques positivos para esse crescimento foram os produtos agropecuários (+29,7%) e a Indústria extrativa mineral (+17,8%). Já nas importações, registrou-se recuo de 23%, sobretudo, na categoria de bens intermediários (-18,1%), que são considerados como insumos da produção de outros ramos da indústria nacional.

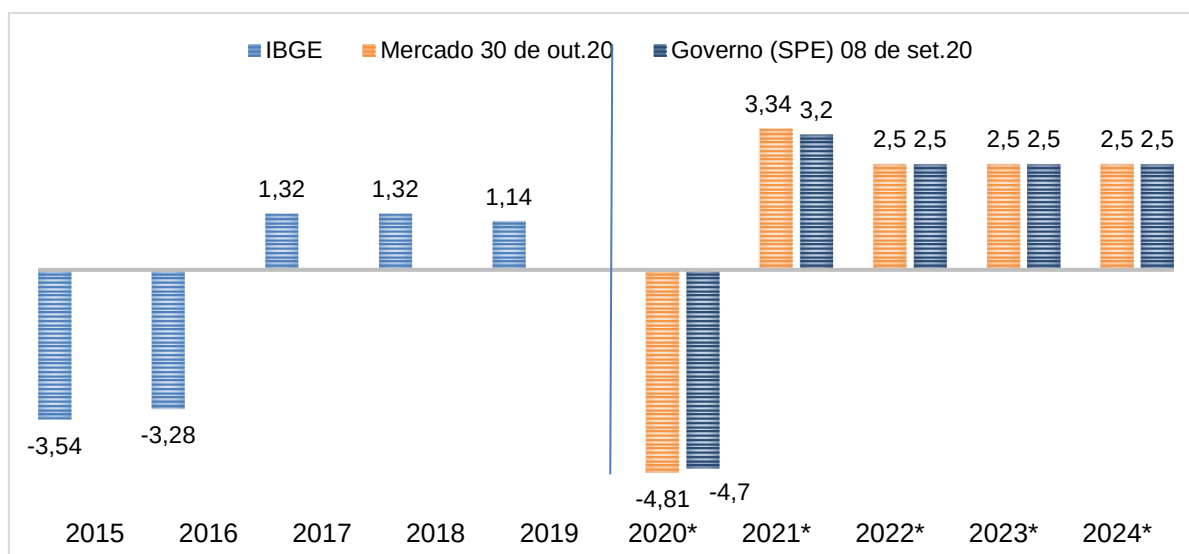
Considerando apenas o mês de outubro deste ano, existem expectativas de arrefecimento das atividades econômicas do Comércio e dos Serviços, verificadas pela queda da confiança empresarial e do consumidor no comparativo interanual de outubro de 2020, a saber: Confiança dos Serviços (-6,82%), Confiança do Comércio (-1,64%) e Confiança do Consumidor (-8,04). Por outro lado, nesse mesmo comparativo, o empresariado da Indústria apresenta melhora de otimismo, conforme mostram os seguintes indicadores de confiança: Construção Civil (+7,94%) e Indústria (+16,56%).

Em relação à previsão anual do PIB do Brasil, conforme estimativa da Secretaria de Política Econômica (SPE) de setembro/2020¹⁰, o Governo Federal estima uma retração de -4,7% no PIB em 2020, em termos reais, e crescimento de 3,2% para 2021.

⁹ O Monitor do PIB-FGV estima mensalmente o PIB brasileiro em volume e em valor. O objetivo de sua criação foi prover a sociedade de um indicador mensal do PIB, tendo como base a mesma metodologia das Contas Nacionais do IBGE.

¹⁰ Boletim Macro Fiscal da SPE (setembro/2020).

Gráfico 5 - Brasil: Taxa real de variação interanual do PIB nacional de 2015 a 2024* (%)



Fonte: Sistema de Contas Nacionais/IBGE; SPE/Governo Federal; Focus/BCB *Previsão
Elaboração: IMESC

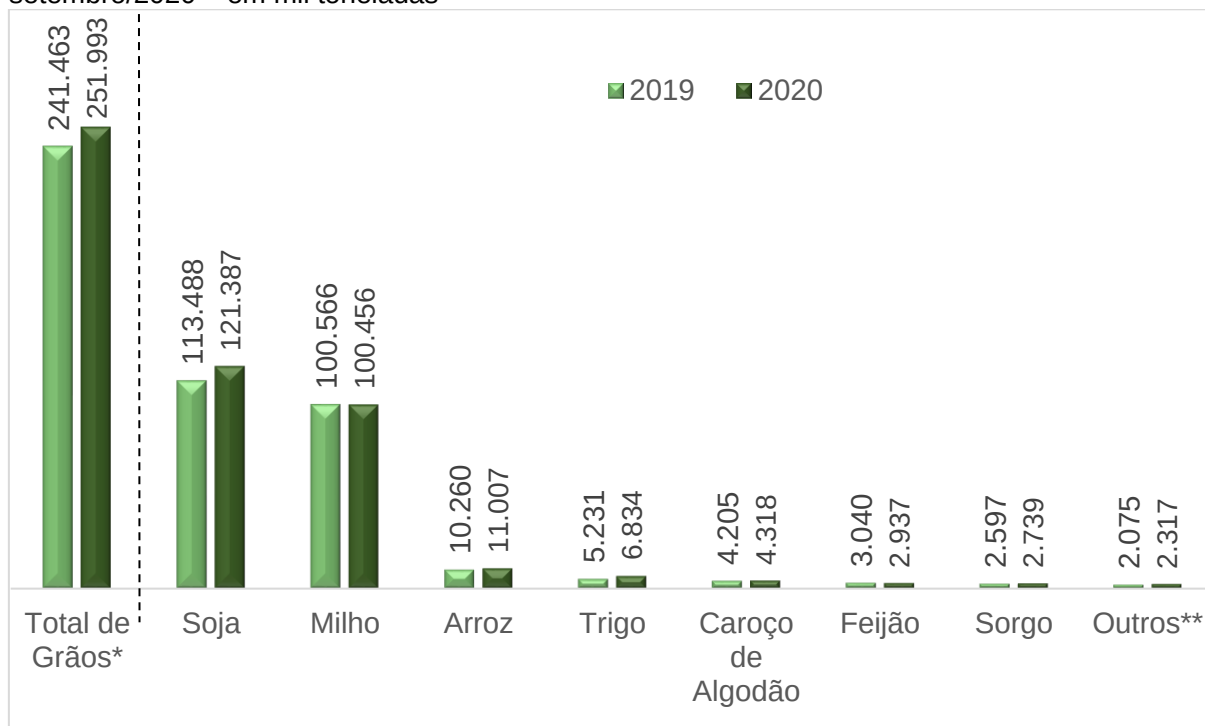
A previsão do mercado, medida pelo Focus/BCB em 30/10/2020 é de -4,81% em 2020 e de crescimento de 3,34% em 2021. A estimativa do Focus, divulgada no volume anterior deste Boletim, era de -5,95% para 2020 (referência em 17/07/20). Por sua vez, o FMI – previsão de outubro/2020 – estima um decréscimo de 5,8%, em 2020, no PIB brasileiro.

2.1.4 Agricultura

Estimativa da produção brasileira de grãos é reajustada para cima, e deverá ser de 252 milhões de toneladas em 2020

A produção estimada de grãos no Brasil em 2020 deverá ser de aproximadamente 252 milhões de toneladas (t), crescimento de 4,4% na comparação com a safra anterior. Esse resultado indica mais um ano de produção recorde de grãos, devido, em grande parte, às lavouras de soja e milho.

Gráfico 6 - Brasil: Estimativa da produção de grãos acompanhada pelo LSPA 2019 e setembro/2020 – em mil toneladas



Fonte: LSPA/IBGE *Cereais, leguminosas e oleaginosas **Amendoim, aveia, centeio, cevada, girassol, mamona e triticale

O calendário de plantio de alguns grãos para a safra de 2021 já se iniciou em alguns estados, com destaque para a soja. Entretanto, devido ao clima seco nas regiões Centro-Oeste e Sul, o plantio desse grão já está atrasado em importantes estados produtores. No Mato Grosso, maior produtor nacional (29% da produção esperada em 2020), o plantio atingiu apenas 8% da área estimada, abaixo do mesmo período do ano passado (42%) e da média normal para o período (28,8%). No Paraná, segundo maior produtor nacional (17% da produção em 2020), a semeadura estava em 20%, ante 39,4% na média histórica para o período. Com isso, o plantio total do Brasil chegou a 6,1%, ante 19,5% no ano passado e 17,3% na média normal¹¹.

A falta de chuvas pode afetar a produção total de grãos em 2021, prejudicando as janelas de plantio da soja e do milho (nas duas safras), além de impactar na produtividade das lavouras. Essa estiagem ocorre, principalmente, como consequência do fenômeno La Niña, conforme indicado no Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense do 2º trimestre de 2020¹² e na publicação do IMESC “Análise das Condições Climáticas do Estado do Maranhão entre janeiro e junho de 2020”¹³. O fenômeno se estabeleceu em setembro, devendo se manter forte até abril de 2021, com efeitos sobre praticamente todas as safras de verão¹⁴.

2.1.5 Indústria

Produção Industrial cresceu 2,6% em setembro e eliminou perdas na pandemia

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em setembro de 2020, a produção industrial avançou 2,6% em relação a agosto. A Indústria acumulou nos últimos cinco meses um ganho de 33,1%, eliminando as perdas

¹¹ Dados referentes até a semana encerrada em 16/10/2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/projeto-soja-brasil/plantio-da-soja-chega-a-61-no-pais-confira-a-situacao-de-cada-estado/>. Acesso em: 22/10/2020.

¹² Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/371>.

¹³ Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/situacao-ambiental/374>.

¹⁴ Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/la-nina-vem-com-tudo-e-fica-ate-abril_441215.html. Acesso em: 22/10/2020.

registradas entre março e abril (-28,9%), quando a produção industrial havia caído ao nível mais baixo da série. Com isso, em setembro de 2020, a atividade industrial no país se encontra 0,2% acima do patamar de fevereiro, período pré-pandemia.

No comparativo interanual, a indústria operou 3,4% acima de setembro de 2019, interrompendo dez meses consecutivos de resultados negativos nessa base de comparação. Todavia, o setor ainda acumula perda de 7,2% no ano, ante o mesmo período do ano passado.

Tabela 3 - Brasil: Variação da produção industrial por categoria de uso – resultados mensais do trimestre encerrado em setembro de 2020, em 12 meses e comparação interanual mensal, acumulado do ano

Categoria de uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			Contra o mês anterior	Acum. Ano	12 meses
	Jul./20	Ago./20	Set./20			
Indústria geral	8,6	3,6	2,6	3,4	-7,2	-5,5
Bens de capital	15,8	4,7	7,0	-2,0	-17,9	-14,4
Bens intermediários	10,5	2,2	1,3	5,5	-3,1	-2,7
Bens de consumo	10,4	3,0	4,6	1,9	-11,8	-8,2
Bens de consumo duráveis	34,7	11,0	10,7	2,2	-26,7	-19,4
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	5,1	1,4	3,7	1,8	-7,6	-5,1

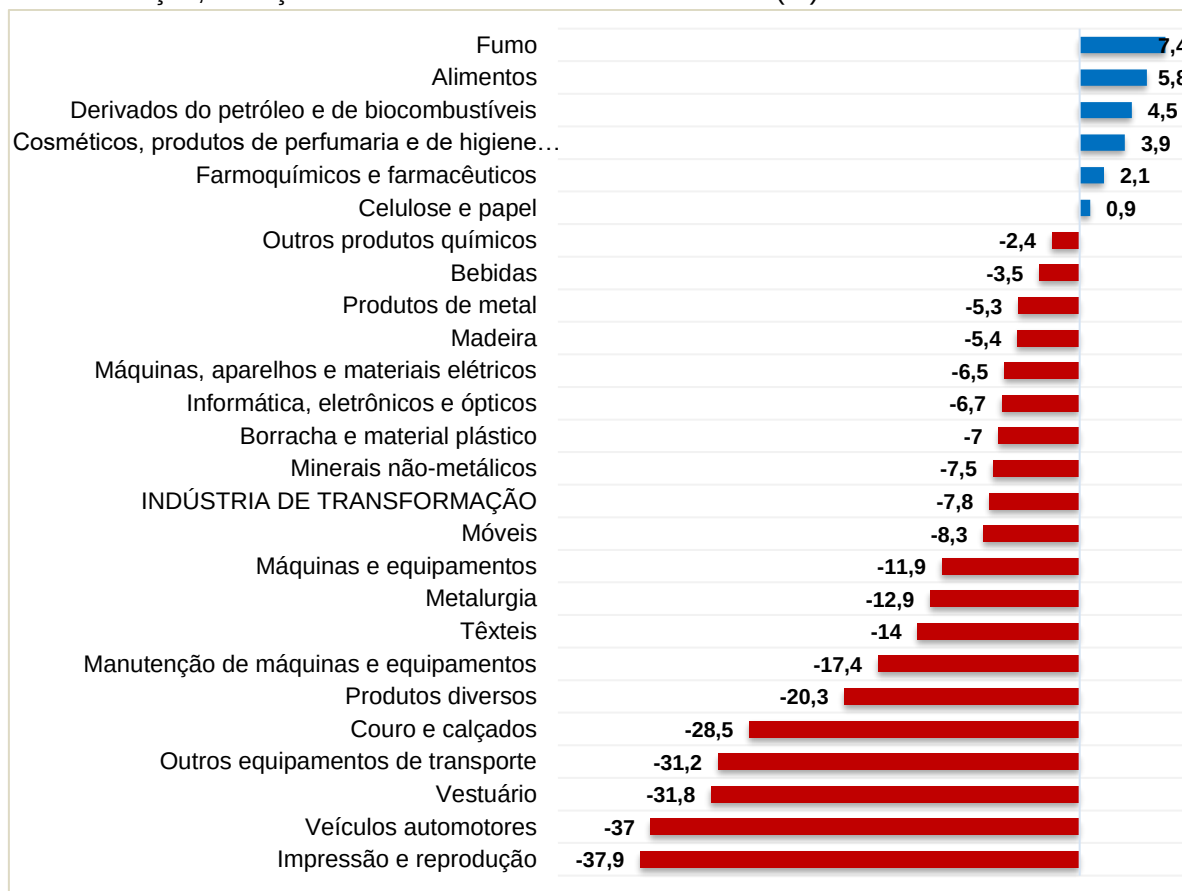
Fonte: PIM-PF/IBGE

No que se refere ao ritmo produtivo das grandes categorias de uso, os resultados do acumulado de 2020 mostraram forte desaceleração para bens de consumo duráveis (-26,7%) e bens de capital (-17,9%).

O resultado dos Bens de consumo duráveis foi pressionado pela redução na fabricação de automóveis (-42,8%). As medidas de isolamento necessárias para enfrentamento da pandemia provocaram paralisação de fábricas em março e abril. Férias coletivas foram concedidas, houve redução de jornada de trabalho e outras medidas. Contudo, desde maio, a categoria vem em processo de recuperação. Diante das medidas de flexibilização, a produção de bens duráveis apresentou ganho acumulado de 152,9% no terceiro trimestre, em comparação ao trimestre anterior.

No ano, a indústria de bens de capital, por sua vez, sofreu impacto, principalmente, nos segmentos de “bens de capital para equipamentos de transporte” (-32,3%) e “bens de capital para fins industriais” (-12,0%). Passado o pior da crise sanitária e retomado o aumento da demanda em diferentes setores, a indústria de bens de capital avançou 7,0% na passagem de agosto para setembro. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI-CNI), indicador que avalia o nível de investimentos, refletindo o clima de otimismo, passou de 57 pontos em agosto para 61,6 pontos em setembro. Com a alta de 4,6 pontos do mês, o indicador superou a marca dos 60 pontos, o maior patamar desde fevereiro, quando estava em 64,7 pontos.

Gráfico 7 - Brasil: Variação mensal da produção física por atividade da Indústria de Transformação; variação no acumulado do ano até setembro (%)



Fonte: PIM-PF/IBGE

Entre as atividades da Indústria de transformação, “Veículos automotores” (-37,0%) exerceu a maior influência negativa na composição da indústria em 2020. Vale destacar também as contribuições negativas dos ramos de “Metalurgia” (-12,9%); de “Vestuário” (-31,8%); e “Máquinas e equipamentos” (-11,9%).

Por outro lado, entre as seis atividades que apontaram ampliação na produção, as principais influências no total da indústria foram registradas por produtos alimentícios (+5,8%) e “Derivados do petróleo e biocombustíveis” (+4,5%).

Em suma, há uma trajetória positiva da indústria nacional nos últimos meses. Entre maio e agosto, a produção de bens de capital cresceu 47,3% e a de bens de consumo 38,3%. Porém, nos nove meses do ano – período que considera todo o impacto da pandemia – essas categorias ainda mostram retrocessos, de -4,3% e -0,3%, respectivamente.

Com isso, a expectativa do mercado para este ano é de queda de 5,90% da produção industrial, apresentando uma melhora em relação aos -7,92% projetados no início de agosto, segundo o Boletim Focus/BCB do dia 23 de outubro de 2020.

A melhora nas expectativas foi ocasionada pela retomada do consumo, possibilitada, principalmente, pelos cinco meses de auxílio emergencial de R\$ 600 a cerca de 60 milhões de brasileiros, como forma de moderar o impacto da pandemia. No entanto, esse recurso foi reduzido à metade do valor mensal em setembro e, até o momento, não há previsão de prorrogá-lo para após o final do ano.

2.1.6 Serviços

Volume de serviços nacionais avançou 2,9% em agosto na variação mensal, apresentando a terceira alta consecutiva e reduzindo perdas ocorridas durante a fase mais intensa da pandemia

Em agosto de 2020, o volume de serviços nacional cresceu 2,9% quando comparado a julho desse ano segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). Esse resultado colabora para a redução de fortes perdas ocorridas de fevereiro a maio desse ano, em um período de forte impacto da COVID-19 sobre as atividades do setor. Contribuiu para esse resultado o forte crescimento do segmento de “Serviços prestados às famílias”, que cresceu 33,3%.

Considerando os componentes do volume de Serviços, o crescimento desse setor ocorreu, principalmente, devido ao bom volume apresentado pelas atividades de Alimentação e Alojamento, que cresceram 37,9% no período de agosto de 2020, quando comparado ao mês anterior, e que compreendem o atendimento com entrega de refeições em residências. Essa é uma tendência reforçada durante a pandemia e seus reflexos sobre as mudanças de hábitos dos consumidores.

Tabela 4 - Variação (%) dos indicadores do volume de serviços, segundo as atividades de divulgação relacionadas a agosto de 2020 (Base fixa 2014 = 100)

Atividades	Mensal			Interanual			Acumul. do ano			Acumul. de 12 meses		
	JUN.	JUL.	AGO.	JUN.	JUL.	AGO.	JAN.-JUN.	JAN.-JUL.	JAN.-AGO.	Até JUN.	Até JUL.	Até AGO.
Volume de Serviços — Brasil	5,3	2,6	2,9	-12,2	-12	-10	-8,4	-8,9	-9	-3,4	-4,5	-5,3
1. Serv. prestados às famílias	14,4	-10,8	33,3	-57,5	-55	-43,8	-35,2	-38,2	-38,9	16,9	21,9	-25,5
2. Serv. de informação e comunicação	3,9	2,4	-1,4	-3	-2,5	-4	-2,6	-2,6	-2,7	0,6	0,1	-0,6
3. Serv. Prof., admin. e complementares	1,8	2,5	1	-15,9	-14,7	-14	-10,6	-11,2	-11,6	-4,3	-5,6	-6,6
4. Transportes, auxil. aos transp. e correio	7,1	2,1	3,9	-11,3	-11,6	-8,5	-8,5	-9	-8,9	-5,3	-6,2	-6,2
5. Outros serviços	7,3	3,5	0,8	4,1	4,5	7,2	5	4,9	5,2	6,6	6,1	6,3

Fonte: PMS, IBGE

No comparativo interanual, o resultado do setor de serviços, referente ao mês de agosto, ainda se encontra distante do obtido no ano anterior, com recuo de 10%. Isso é reflexo da restrição social imposta pela pandemia, que tem ocasionado retração econômica em vários segmentos, em especial, no de “Transportes, auxiliares aos transportes e correio” que caiu -8,5%, ressaltando-se o subsegmento de transporte aéreo, que recuou -39,6% diante da drástica redução do turismo no país.

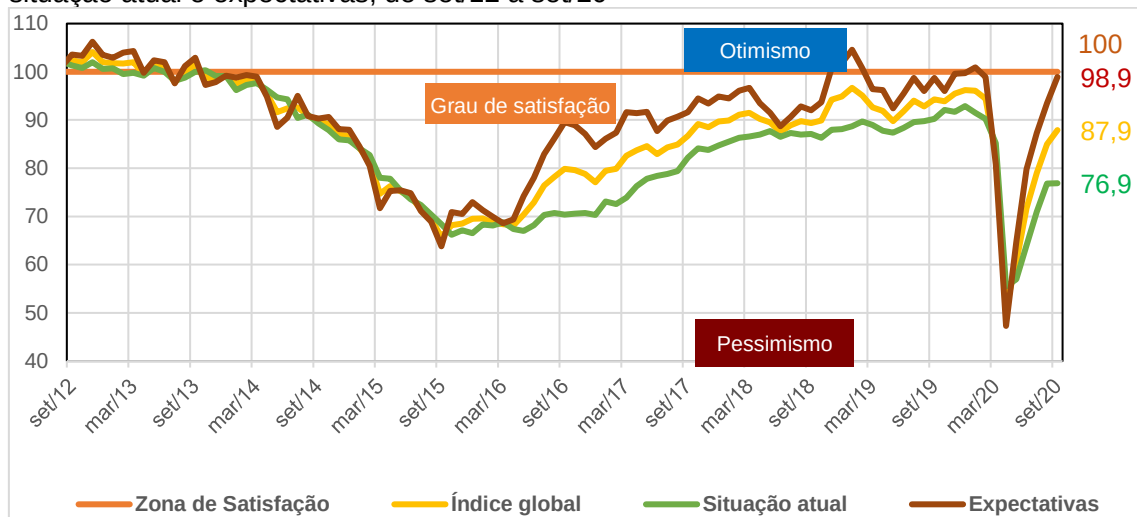
Com relação à variação mensal, o segmento de “Transportes, auxiliares aos transportes e correio” apresentou recuperação, com crescimento de 3,9% em agosto. Devido ao peso deste segmento de atividade no volume total do setor de serviços (31,2%), o principal responsável pela recuperação da confiança do empresário desse setor. Isso é o que o Índice de Confiança de Serviços (ICS) indica, ao apresentar alta de 2,9 pontos em setembro desse ano, sua quinta alta consecutiva, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Com a alta do ICS em setembro, o indicador chega a 87,9 pontos e mantém a trajetória de aproximação, embora lenta, do grau de satisfação do indicador que é de 100 pontos e define a margem de otimismo ou pessimismo. Ressalta-se que as expectativas empresariais que estão relacionadas à visão empresarial para os próximos meses já estão bem próximas da linha de otimismo ao alcançarem 98,9 pontos.

As expectativas empresariais estão ancoradas nas novas tendências de ofertas de

serviços que tendem a necessitar de maior estrutura e suporte dos serviços de “Informação e Comunicação” que representam 30,4% do peso total do volume de serviços. A expansão dos serviços de internet tem sido uma demanda crescente também nas instituições de ensino que usam as plataformas *on-line* para ministrar aulas e, pelo lado dos alunos, o acesso feito em suas residências tem sido melhorado pela contratação de novos pacotes de serviços para suprir a demanda por internet.

Gráfico 8 - Brasil: Variação do Índice de Confiança de Serviços e os subcomponentes (ICS) – situação atual e expectativas, de set/12 a set/20



Fonte:

ICS, FGV

Para os próximos meses, a FGV indica que o cenário de recuperação deverá ser mantido, embora ainda haja uma cautela por parte do consumidor e também em face das incertezas com o fim dos programas do governo de auxílio emergencial, previsto para o fim desse ano.

2.1.7 Comércio

Vendas no varejo restrito nacional alcançaram 103,7 pontos e superaram o maior nível anteriormente registrado (100,9 pontos) em novembro de 2014

Ao crescer 3,4% no volume de vendas em agosto de 2020, as vendas no comércio varejista alcançaram a quarta alta consecutiva no varejo restrito em suas variações mensais. Com isso, as perdas acumuladas em 2020, que chegaram a -3,9% em maio, foram de -0,9% até agosto, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio - PMC.

A alta das vendas no varejo restrito recebeu contribuição do aumento de vendas do segmento “Tecidos, Vestuário e Calçados”, que subiu 30,5% no comparativo mensal. Esse segmento foi favorecido pela retomada das atividades de diversos centros comerciais pelo país, sendo que esse movimento ocorreu simultâneo à data festiva do dia dos pais.

O destaque no comparativo interanual de agosto de 2020 foi a alta de 36,3% das vendas de móveis e eletrodomésticos, estimulada pela mudança de hábitos de consumo na população, que passou a realizar mais compras em sites de redes varejistas, segundo levantamento da Receita Federal do Brasil. Esse levantamento aponta que o faturamento do *e-commerce* avançou 43% de março a agosto de 2020, em comparação a igual período de 2019 ao passo que o volume de vendas registrou crescimento de 109% nesse mesmo período.

Tabela 5 - Brasil: Variação (%) dos indicadores do volume de vendas do comércio varejista, segundo as atividades de divulgação em agosto de 2020 (Base fixa 2014 = 100)

ATIVIDADES (1)	Mensal			Interanual			Acumulado do ano			Acumulado de 12 meses		
	JUN.	JUL.	AGO.	JUN.	JUL.	AGO.	JAN.-JUN.	JAN.-JUL.	JAN.-AGO.	Até JUN.	Até JUL.	Até AGO.
COMÉRCIO VAREJISTA (2)	8,8	5	3,4	0,5	5,5	6,1	-3,2	-2	-0,9	0	0,1	0,5
1 - Combustíveis e lubrificantes	5,7	6	1,3	-16,2	-10,6	-9,1	-12,3	-12,1	-11,7	-5,7	-7	-7,5
2 - Hiper, supermercados, prods. alimentícios, bebidas e fumo	0,7	-0,2	-2,2	6,5	9,8	3	5,4	6	5,6	3,1	3,8	3,8
2.1 - Super e hipermercados	0,6	-0,2	-2,4	8,2	11,7	4,3	6,3	7,1	6,7	3,6	4,4	4,5
3 - Tecidos, vest. e calçados	53,7	27,9	30,5	-43,6	-31,1	-6,5	-38,7	-37,5	-33,4	-16,7	-19,7	-20
4 - Móveis e eletrodomésticos	30,2	5,2	4,6	25	26,4	36,3	-1,4	2,7	6,9	3,5	5,1	8,1
4.1 - Móveis	-	-	-	21,4	29,1	39,9	-4,5	0,7	5,7	2	3,8	6,8
4.2 - Eletrodomésticos	-	-	-	26,8	25,5	35,8	-0,1	3,6	7,6	4,1	5,6	8,7
5 - Artigos farmacêuticos, med., ortop. e de perfumaria	6,3	7,8	-1,2	7,1	13,5	8,8	3,6	5	5,5	5,5	5,9	6,2
6 - Livros, jornais, rev. e papelaria	61	27,3	-24,7	-40,1	-25,1	-43,2	-28,8	-28,3	-29,9	-20,4	-20,9	-22,9
7 - Equip. e mat. para escritório, informática e comunicação	20,8	10,8	1,5	-10,4	-5,7	-11,8	-22,9	-20,6	-19,5	-10,5	-10,9	-11,6
8 - Outros arts. de uso pessoal e doméstico	28,5	5,9	10,4	4	8,9	18,9	-10,6	-7,7	-4,2	-0,9	-0,8	0,4
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO (3)	11,8	7,1	4,6	-2,3	1,6	3,9	-7,7	-6,3	-5	-1,4	-1,9	-1,7
9 - Veículos e motos, partes e peças	28,5	12,3	8,8	-19,2	-16,3	-9,8	-22,7	-21,7	-20,1	-6,8	-9,6	-10,7
10- Material de construção	11,9	5,9	3,6	22,6	22,8	24,1	-2	1,9	4,9	1,4	2,8	5,1

Fonte: PMC, IBGE

O varejo ampliado nacional cresceu 4,6% na variação mensal de agosto desse ano quando comparado ao mês anterior, puxado pela alta nas vendas do segmento “Veículos, motos, partes e peças”, que cresceu 8,8% nesse mesmo período. A melhora constante do volume de vendas do varejo ampliado tem reduzido as perdas obtidas durante os meses de fevereiro a maio desse ano, quando houve impacto da fase mais aguda da pandemia da COVID-19. Isso se reflete no acumulado do ano em que a queda é de -5%.

O varejo ampliado no acumulado do ano até agosto de 2020, quando comparado a igual período do ano anterior, apresenta queda de -5,3%, mas essa é inferior à última registrada nesse comparativo que foi de -6,3%, o que indica a manutenção progressiva da recuperação do volume de vendas.

Analisando o comparativo interanual do volume de vendas do varejo ampliado, houve crescimento de 3,9% em relação a agosto de 2019. Esse é o maior aumento registrado nessa base de comparação, o que sinaliza melhora o ânimo do empresário do comércio, conforme aponta o Índice de Confiança do Varejo (ICOM) medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

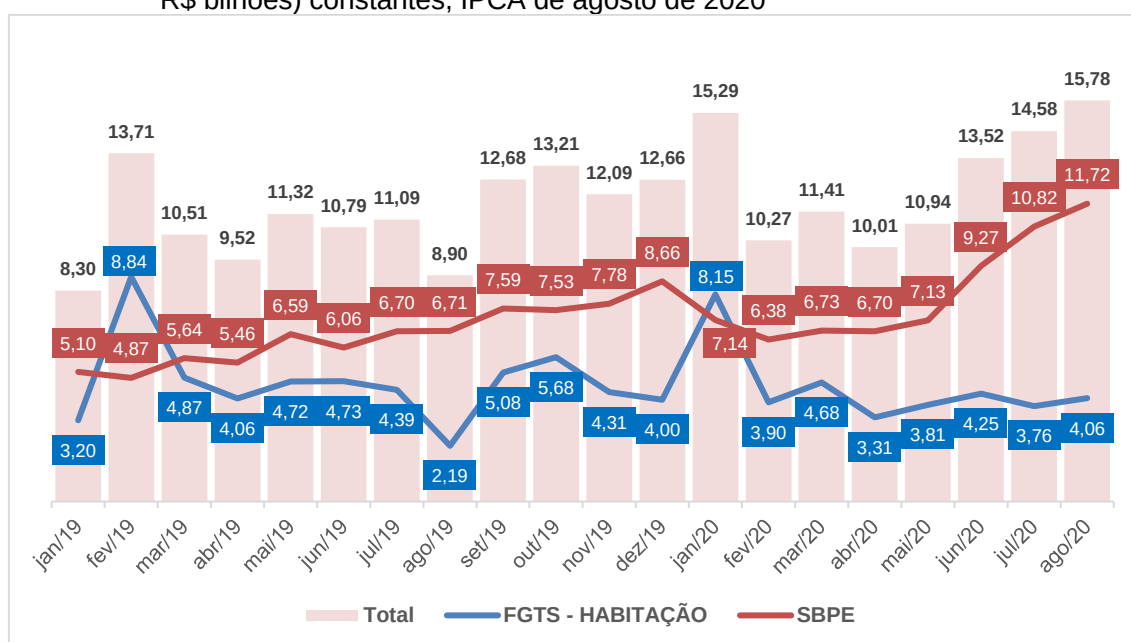
Em setembro desse ano, segundo o ICOM, a confiança empresarial subiu 3 pontos, alcançando 99,6 pontos, muito próximo de atingir o grau de satisfação do indicador (100 pontos), o que mostraria um cenário de otimismo empresarial. Destaca-se que as expectativas empresariais, que compõem esse indicador, já estão acima da linha de otimismo e se ancoram nas possibilidades de recuperação das perdas de vendas decorrentes da pandemia.

2.1.8 Financiamento Imobiliário

Financiamentos imobiliários somam R\$ 15,8 bilhões e crescem 21,0% no ano

Dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) indicam que o financiamento imobiliário, considerando os dois principais fundos – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – apresentou crescimento de 21,0% no acumulado de janeiro até agosto 2020, frente ao mesmo período do ano passado. Considerando apenas os créditos tomados no SBPE, que opera com recursos da poupança, o resultado foi de R\$ 65,9 bilhões em 2020, aumento de 39,8% em relação a 2019. Por outro lado, as concessões de empréstimos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) caíram 3% no mesmo período.

Gráfico 9 - Crédito Imobiliário: Recursos oriundos do SBPE e FGTS, 2019 e 2020, valores (em R\$ bilhões) constantes, IPCA de agosto de 2020



Fonte: ABECIP

Considerando o volume financiado com fundos da poupança¹⁵, foi atingido R\$ 11,7 bilhões em agosto de 2020, com crescimento de 8,3% em relação a julho e de 74,7%, comparativamente ao mesmo mês de 2019. O volume financiado em agosto foi o maior, em termos nominais, da série histórica iniciada em 1994. No que se refere aos meses de abril, maio e junho, período inteiramente afetado pelo isolamento social, o indicador apresentou alta de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Entre os motivos para o aumento significativo dos financiamentos, o principal refere-se à redução da taxa de juros média do financiamento imobiliário, que está no menor patamar da história, alcançando 7,2% em junho de 2020; no início de 2019, estava em 8,31%¹⁶.

Com efeito, no acumulado do ano até agosto, a “Construção Civil” está obtendo desempenho favorável. O referido setor gerou 58,5 mil novos empregos com carteira assinada no Brasil. Juntamente com a agropecuária, são os únicos grupamentos a apresentarem abertura de

¹⁵ Atualmente, os recursos para financiamento de imóveis são arrecadados da seguinte forma: Poupança – 51%; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – 31%; Letra de Crédito Imobiliário (LCI) – 11%; Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) – 6%; Letra Imobiliária Garantida (LIG) – 1%.

¹⁶ Conforme cálculo da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), a cada queda de 1% nos juros de financiamento de imóveis, a demanda aumenta em média 16%.

vagas no ano. Ainda confirmando a alta, as vendas de cimento – insumo “termômetro” da construção – apresentaram até setembro um total de 44,6 milhões de toneladas vendidas, aumento de 9,4% comparado ao mesmo período do ano passado, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC).

Contudo, com os juros baixos e a consequente alta na demanda por aquisições, a oferta não deve acompanhar o mesmo ritmo, o que pode gerar um aumento mais consistente nos preços dos imóveis. O Índice FipeZap, que acompanha o comportamento do preço médio de venda de imóveis residenciais em 50 cidades, indicou que o preço médio de venda registrou alta real de 1,11% no acumulado do ano até agosto.

2.2 Balanço de Pagamentos e Comércio Exterior

2.2.1 Balanço de Pagamentos

Entre janeiro a agosto de 2020, o país apresentou a menor entrada de Investimento Direto no país em 11 anos

O Brasil registrou déficit corrente de US\$ 6,5 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2020, uma melhora de 82,4%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado derivou principalmente do aumento do saldo superavitário da Balança Comercial de Bens e Serviços, com o destaque da redução do déficit em -40,0% da conta de Serviços (ligada, sobretudo, à forte queda das despesas líquidas com viagens).

O saldo deficitário da conta da Renda Primária exibiu uma redução de 29,7%. Esse movimento é explicado em grande parte pela redução das despesas líquidas de lucros e dividendos remetidos (Renda de Investimento Direto).

Tabela 6 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2018 e 2019 (US\$ bilhões)

Discriminação	2019	Acumulado do ano		Var. % 20*/19*
		2019*	2020*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-50,9	-36,7	-6,5	-82,4%
Balança Comercial (Bens e Serviços)	5,4	5,1	21,6	323,9%
Balança Comercial – Bens	40,5	30,7	37,0	20,4%
Balança Comercial – Serviços	-35,1	-25,6	-15,4	-40,0%
Renda Primária	-57,5	-42,8	-30,1	-29,7%
Renda Secundária	1,2	1,0	2,0	104,0%
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-53,1	-40,0	-5,8	-85,6%
Conta Capital	0,4	0,3	0,3	0,1%
Conta Financeira	-53,5	-40,3	-6,1	-84,9%
Investimento Direto (IDE-IDP)	-101,4	-36,8	-46,0	25,0%
Investimento Direto no Exterior	22,8	15,2	-17,5	15,1%
Investimento Direto no País	73,5	52,0	28,6	-45,1%
Investimento em Carteira	20,1	11,9	33,0	178,2%
Outros Investimentos	1,5	-11,7	12,6	7,8%
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	2,8%	3,0%	0,7%	-76,8%
RESERVAS INTERNACIONAIS	356,9	376,4	356,6	-5,3%

Fonte: Banco Central do Brasil *Acumulado do ano até setembro.

No acumulado do ano, o saldo deficitário da Conta Financeira apresentou uma redução de 84,9% na comparação interanual, devido, principalmente, às rubricas de “Investimento Direto no Exterior”, “Investimento Direto no País” e “Investimento em Carteira”.

- Os Investimentos Diretos no Exterior (IDE) registraram uma variação de -US\$ 32,7 bilhões, na comparação interanual do acumulado até setembro, totalizando US\$ -17,5 bilhões.
- Com redução de 45,1%, os Investimentos Diretos no País (IDP) totalizaram US\$ 28,6 bilhões, é o menor montante de investimento para o período (jan./set.) desde 2009. Mas o IDP ainda foi mais que suficiente para financiar o déficit das transações corrente. A queda do Investimento Direto está fortemente relacionada à COVID-19, segundo a UNCTAD (Conferência da ONU para o Desenvolvimento e Comércio). A estimativa é que esse tipo de investimento tenha uma queda global mais forte que na crise financeira de 2008 e uma redução de 50% nos investimentos na América Latina^{17 18}.
- Os investimentos estrangeiros em carteira apresentaram saída líquida de US\$ 33,0 bilhões. Essa retirada deve-se, especialmente, à pandemia da COVID-19, pois as retiradas mais intensas ocorreram nos meses de março e abril.

2.2.2 Balança Comercial

A queda da importação (-14,4%) foi maior que o recuo da exportação (-7,7%) no acumulado do ano até setembro no Brasil

A Balança Comercial brasileira registrou saldo de US\$ 42,2 bilhões, no acumulado de janeiro a setembro de 2020, valor 17,3% maior que o registrado no mesmo período do ano anterior. As exportações brasileiras reduziram-se em 7,7%, de maneira mais significativa nas categorias: Insumos Industriais (-9,2%, US\$ -6,2 bi) e de Bens de Capital¹⁹ (-55,7%, US\$ -4,7 bi). Em contrapartida, nesse mesmo período, os componentes das exportações com variações positivas foram: Alimentos e Bebidas destinados à Indústria (+19,7%, US\$ +7,0 bi) e Bens de Consumo não Duráveis (+1,0%, US\$ +183,3 mi).

Tabela 7 - Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2018 até 2020*, valores em US\$ milhões e variação em percentual (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)	Saldo (Var %)	(A-B) Corrente Comercial (US\$ mi)
2018	239.264	9,9	-181.231	20,2	58.033	-13,4	420.495
2019	225.383	-5,8	-177.348	-2,1	48.036	-17,2	402.731
2019*	60.119	-	49.825	-	109.943	-	10.294
2020*	55.477	-7,7	34.935	-29,9	90.412	-17,8	20.542
2019**	169.567	-	-133.592	-	35.974	-	303.159
2020**	156.523	-7,7	-114.334	-14,4	42.189	17,3	270.858

Fonte: Ministério da Economia *3º Trimestre; ** Acumulado até setembro

Em decorrência da recessão econômica (causada pela COVID-19), as importações

¹⁷ Disponível em: <<https://unctad.org/press-material/foreign-direct-investment-latin-america-expected-halve-2020-says-un-report>>. Acesso em: 28 out. 2020.

¹⁸ Segundo os dados divulgados pela UNCTAD, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) exibiu uma queda global de 49%, no primeiro semestre de 2020 (em comparação ao mesmo período do ano anterior). Na América Latina e no Caribe, os fluxos de IED foram 25% menores. Nessa mesma base de comparação, com relação aos maiores receptores de IED de 2019, os seguintes países exibiram as piores variações neste tipo de investimento: Itália (-74%), Estados Unidos (-61%) e Brasil (-40%). Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/diaeiainf2020d4_en.pdf> Acesso em: 28 out. 2020.

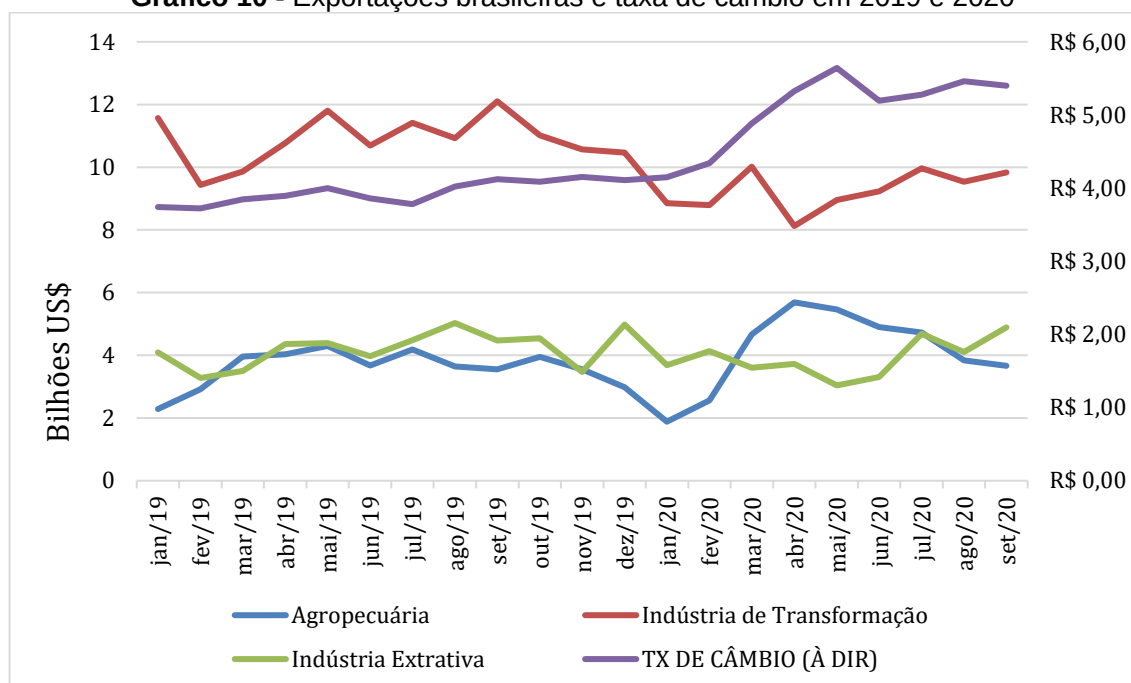
¹⁹ Exceto Equipamentos de Transporte de Uso Industrial.

brasileiras apresentaram uma variação negativa de 14,4% no acumulado até setembro, impactadas pelas seguintes categorias: Insumos Industriais (-11,7%, US\$ -6,2 bi) e Combustíveis e Lubrificantes (-36,6%, US\$ -5,6 bi). Houve apenas uma variação positiva, considerando a Classificação por Grandes Categorias Econômicas (Nível 2), exibida pela categoria Bens de Capital²⁰ (+1,9%, US\$ +323,3 mi).

A comparação interanual do resultado do 3º trimestre, exibe de modo claro a dificuldade da recuperação das importações brasileiras, a qual apresentou uma variação de - 29,9% (superior a do acumulado do ano). Por outro lado, as exportações seguem a trajetória de recuperação.

A queda das exportações foi atenuada pela alta de 15% nas vendas dos produtos agropecuários (comparação interanual do acumulado do ano). Foi exatamente nesse setor que a desvalorização cambial exerceu maior influência. Por outro lado, as exportações dos produtos da Indústria de Transformação caíram em 15% e na Indústria Extrativa a queda foi de 6%.

Gráfico 10 - Exportações brasileiras e taxa de câmbio em 2019 e 2020*



Fonte: Ministério da Economia e Banco Central * Acumulado até setembro

De acordo com o Boletim Focus²¹, a previsão para o ano de 2020 é um saldo deficitário de US\$ 3,80 bilhões para a Conta das Transações Correntes, já os Investimentos Diretos no País devem finalizar o ano em US\$ 50,00 bilhões e a expectativa para a Balança Comercial é um saldo superavitário de US\$ 58,00 bilhões.

2.3 Finanças Públicas

Resultado Primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 96,1 bilhões em agosto

Em agosto de 2020, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 96,1 bilhões, frente ao déficit de R\$ 17,2 bilhões em agosto de 2019. Sendo assim, foi o pior resultado

²⁰ Exceto equipamentos de transporte industrial.

²¹ Divulgado pelo Banco Central em 26 de outubro de 2020.

para o mês desde o início da série histórica em 1997, como vem acontecendo desde o início da pandemia.

O Tesouro Nacional foi o que mais contribuiu para o resultado do mês, ao apresentar déficit de R\$ 85,8 bilhões, seguido da Previdência Social (-R\$ 10,2 bilhões) e do Banco Central (-R\$ 65 milhões). Com isso, o resultado primário acumulado no ano atingiu um déficit de R\$ 604,1 bilhões, ante déficit de R\$ 53,3 bilhões no mesmo período de 2019, sendo R\$ 375,4 bilhões do Tesouro Nacional, R\$ 225,5 bilhões da Previdência Social R\$ 415,1 milhões do Banco Central.

Pelo lado das Receitas, houve crescimento de 1,0% em agosto na comparação interanual, totalizando R\$ 121,4 bilhões. A arrecadação líquida para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social) foi a principal responsável pela melhora na receita total, enquanto que as receitas administradas pela RFB (Receita Federal do Brasil) apresentaram recuo no período.

Tabela 8 - Brasil: Receita Total desagregada em agosto de 2019 e de 2020, e no acumulado de janeiro a agosto de 2019 e de 2020, em R\$ milhões, constantes de agosto de 2020 (corrigidos pelo IPCA) e taxa de crescimento real (%)

Descrição	Agosto			Acumulado (janeiro - agosto)		
	2019	2020	Cresc. Real (%)	2019	2020	Cresc. Real (%)
I. RECEITA TOTAL	120.172	121.417	1,0	1.052.128	894.148	-15,0
I.1 Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	75.311	68.796	-8,7	658.792	556.495	-15,5
I.1.1 Imposto de Importação	3.879	3.545	-8,6	28.909	27.702	-4,2
I.1.2 IPI	4.613	5.126	11,1	35.367	31.651	-10,5
I.1.3 Imposto sobre a Renda	26.010	19.108	-26,5	280.685	248.682	-11,4
I.1.4 IOF	3.650	919	-74,8	27.082	16.991	-37,3
I.1.5 COFINS	22.795	27.194	19,3	162.553	126.936	-21,9
I.1.6 PIS/PASEP	5.981	7.468	24,9	44.699	36.219	-19,0
I.1.7 CSLL	6.046	3.761	-37,8	62.009	52.411	-15,5
I.1.9 CIDE Combustíveis	252	216	-14,5	1.929	1.451	-24,8
I.1.10 Outras Administradas pela RFB	2.086	1.458	-30,1	15.560	14.453	-7,1
I.2 Incentivos Fiscais	0	0	-	-49	-138	182,4
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	33.784	39.929	18,2	268.207	233.863	-12,8
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	11.077	12.693	14,6	125.177	103.928	-17,0
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA ²	23.676	19.314	-18,4	191.912	172.343	-10,2
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	96.496	102.103	5,8	860.216	721.806	-16,1

Fonte: STN

No acumulado do ano, a Receita Total apresentou recuo de 15,0%. Em relação à arrecadação tributária, destaca-se a perda ocorrida no Imposto sobre a Renda, resultante, sobretudo, da diminuição da massa salarial e do recolhimento sobre os rendimentos de capital (principalmente no Imposto de Renda Retido na Fonte).

Ainda, segundo o Tesouro Nacional, a queda do IOF pode ser explicada pela alíquota zerada para as operações de créditos, vigente desde o dia 3 de abril de 2020 (medida estendida até 31 de dezembro pelo Decreto nº 10.504/2020). Já o resultado do PIS/COFINS foi influenciado: pela prorrogação do prazo dos seus respectivos recolhimentos, em função da pandemia; diminuição do volume de vendas e do volume de serviços (-5%, segundo a PMC/IBGE e -9% segundo a PMS/IBGE, relativos ao acumulado do ano até agosto²²); crescimento no volume de compensações tributárias.

Quanto ao comportamento da Despesa Total, registrou-se crescimento de 74,3% em agosto de 2020 frente ao mesmo mês de 2019, o equivalente a R\$ 84,5 bilhões, influenciado, sobretudo, pelos gastos derivados da pandemia. No acumulado do ano, os gastos totais já

²² Para mais detalhes consultar seção do Comércio Varejista.

atingiram R\$ 1,33 trilhão, crescimento de 45,1%.

Tabela 9 - Brasil: Despesa Total desagregada em agosto de 2019 e 2020, acumulado de janeiro a agosto de 2019 e 2020, em R\$ milhões, constantes de agosto de 2020 (corrigidos pelo IPCA) e taxa de crescimento real (%)

Descrição	Agosto			Acumulado (janeiro - agosto)		
	2019	2020	Cresc. Real (%)	2019	2020	Cresc. Real (%)
IV. DESPESA TOTAL	113.726	198.199	74,3	913.482	1.325.890	45,1
IV.1 Benefícios Previdenciários	54.917	50.123	-8,7	404.152	460.535	14,0
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.196	24.501	1,3	210.125	209.679	-0,2
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.765	105.965	669,8	141.909	510.018	259,4
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.712	4.392	-6,8	38.598	43.648	13,1
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0	15.235	-	0	55.349	-
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto	113	64.731	57336,6	2.953	294.883	9884,3
IV.4 Despesas do Poder Executivo	20.848	17.610	-15,5	157.295	145.659	-7,4
Sujeitas à Programação Financeira						
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de	11.961	8.964	-25,1	92.143	80.860	-12,2
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.253	1.059	-15,5	9.303	8.816	-5,2
IV.4.1.2 Bolsa Família	2.570	163	-93,7	21.446	8.033	-62,5
IV.4.1.3 Saúde	6.925	7.008	1,2	55.798	57.431	2,9
IV.4.1.4 Educação	690	492	-28,7	3.819	4.330	13,4
IV.4.1.5 Demais	523	242	-53,7	1.777	2.250	26,6
IV.4.2 Discricionárias	8.887	8.646	-2,7	65.152	64.799	-0,5

Fonte: STN

Dentre os principais componentes responsáveis pelo resultado, destacaram-se:

- Benefícios previdenciários – segundo o Tesouro Nacional, a antecipação no pagamento de parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas para abril, maio e junho de 2020 foi a principal responsável pelo resultado;
- Apoio Financeiro aos Estados e Municípios (Apoio Fin. EE/MM) – referente ao auxílio financeiro para os estados, municípios e Distrito Federal, medida prevista na Lei Complementar nº 173/2020 (Programa Federativo de Combate à COVID-19);
- Créditos Extraordinários (exceto PAC) – resultado das medidas de combate ao coronavírus, dentre as quais estão o Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 212,8 bilhões), Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e demais Ministérios (R\$ 31,9 bilhões), Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 22,3 bi) e Ampliação do Programa Bolsa Família (R\$ 0,4 bi). Destaca-se que pagamentos do Bolsa Família foram feitos por meio de créditos extraordinários.

Para os próximos meses, são esperados déficits primários que ampliarão o rombo nas contas públicas nesse ano. A Instituição Fiscal Independente (IFI) prevê déficit de R\$ 877,8 bilhões em 2020²³ ou 12,7% do PIB, um recorde para a série histórica, o que deverá pressionar ainda mais a taxa de câmbio brasileira²⁴.

Resultado Primário do Setor Público Consolidado registrou déficit de R\$ 571,4 bilhões até agosto de 2020

De acordo com o Banco Central, o resultado primário do Setor Público Consolidado foi deficitário em R\$ 87,6 bilhões em agosto de 2020. Desse resultado, o Governo Central e as

²³ Relatório de Acompanhamento Fiscal de Outubro/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>. Acesso em: 25/10/2020

²⁴ Para mais detalhes, consultar seção da Taxa de Câmbio.

empresas estatais apresentaram déficits de R\$ 96,5 bilhões²⁵ e R\$ 219 milhões, respectivamente, enquanto os governos regionais registraram um superávit de R\$ 9,1 bilhões. No acumulado do ano, o déficit atingiu R\$ 571,4 bilhões, ante déficit de R\$ 22 bilhões no mesmo período do ano passado. O déficit do Governo Central totalizou R\$ 601,9 bilhões, enquanto que os governos regionais e as empresas estatais contribuíram com superávits de R\$ 27,2 bilhões e R\$ 3,3 bilhões, respectivamente.

O déficit nominal (que inclui o resultado primário somado aos juros nominais) totalizou R\$ 121,9 bilhões em agosto. A mínima histórica da taxa Selic, somada às operações de swap cambial (que registraram perda de R\$ 14,3 bilhões em agosto de 2020, ante perda de R\$ 24,5 bilhões em agosto de 2019), contribuiu para a melhora no déficit referente aos juros nominais, o que totalizou R\$ 34,3 bilhões no mês, ante R\$ 50,2 bilhões em agosto de 2019.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou o equivalente a 88,8% do PIB (ou R\$ 6,39 trilhões – maior valor da série histórica) em agosto, aumento de 2,4 p.p. em relação ao mês anterior. No ano, o aumento de 13,0 p.p. na relação DBGG/PIB decorreu principalmente das emissões líquidas de dívida (aumento de 7,7 p.p.), da incorporação de juros nominais (aumento de 3,0 p.p.), da desvalorização cambial acumulada (aumento de 1,7 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (aumento de 0,7 p.p.). Segundo o FMI, que utiliza um cálculo diferente do Banco Central, a dívida brasileira deverá atingir 101,4% do PIB em 2020, segundo pior resultado em um grupo de 40 países emergentes. China (61,7%), Índia (89,3%) e México (65,5%) deverão ter resultados mais próximos da média de endividamento do grupo (62,2%). Em 2022, o Brasil deverá alcançar o primeiro lugar, com dívida bruta em 103,5%²⁶.

2.4 Mercado de Trabalho

Taxa de desocupação sobe a 14,4% no trimestre móvel até agosto, a maior alta da série

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE indicou que a taxa de desocupação brasileira alcançou 14,4% no trimestre terminado em agosto, alta de 1,6 ponto percentual frente ao trimestre encerrado em maio (12,8%). Trata-se da maior taxa registrada na série histórica da pesquisa iniciada em 2012.

O aumento desse indicador é reflexo da flexibilização das medidas de isolamento social para controle da pandemia de COVID-19. A impossibilidade de busca por emprego nos meses anteriores vinha ocultando o impacto da crise sanitária sobre a ocupação. Até o trimestre móvel encerrado em maio, havia a perda do trabalho e o aumento da inatividade. O quadro atual é da queda da ocupação em paralelo ao aumento da desocupação.

O total de pessoas ocupadas no Brasil caiu 5% na comparação com o trimestre móvel encerrado em maio, totalizando 81,7 milhões. Quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, a queda foi de 12,8%, o que equivale à saída de 12 milhões de pessoas no mercado de trabalho. Com isso, o nível de ocupação chegou a 46,8%, o mais baixo da série histórica, registrando recuo de 2,7 pontos percentuais ante o trimestre anterior (49,5%), quando, pela primeira vez, o índice ficou abaixo de 50%.

Apesar da perda de ocupações informais terem sido expressivas, apresentando variação negativa de 19,9% no comparativo interanual, a queda da ocupação no trimestre foi capitaneada pelos formais. No trimestre encerrado em agosto, 71% dos postos de trabalho perdidos eram formais. No trimestre terminado em maio, os informais respondiam por 74% das dispensas,

²⁵ Existe uma diferença metodológica entre o cálculo do Resultado Primário do Governo Central realizado pelo Tesouro Nacional e o realizado pelo Banco Central.

²⁶ Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/10/14/brasil-ter-2-maior-dvida-bruta-dos-emergentes-em-2020-diz-fmi.ghtml>. Acesso em: 27/10/2020.

enquanto os formais somavam os 26% restantes. Essa inversão deve-se ao fato do trabalhador informal ser mais sensível a mudanças na conjuntura: foi o primeiro a ser impactado e o primeiro a retomar essas atividades, ainda que com uma perda muito grande de ocupação.

Tabela 10 - Brasil: Indicadores de mercado de trabalho – em milhões de pessoas acima de 14 anos

Indicadores	Jun. a ago./19	Mar. a maio/20	Jun. a ago./20	Var. tri. (%)	Var. interanual
Força de Trabalho	106,2	98,6	95,5	-3,23%	-10,11%
Ocupados	93,6	85,9	81,7	-5,00%	-12,78%
Formais	54,9	53,6	50,6	-5,62%	-7,74%
Informais	38,8	32,3	31	-3,88%	-19,91%
Desocupados	12,6	12,7	13,8	8,53%	9,78%
Nível de Ocupação	54,72%	49,50%	46,77%	-2,73 p.p.	-7,95 p.p.
Taxa de Desocupação	11,83%	12,88%	14,45%	1,57 p.p.	2,62 p.p.
Desalentados	4,7	5,4	5,8	8,13%	24,17%
Rendimento médio real (R\$ Mil)	2,35	2,46	2,54	3,12%	8,12%
Massa de rendimento real (R\$ Bilhões)	214,7	207	202,5	-2,22%	-5,71%

Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE

A massa de rendimento recebida por pessoas ocupadas foi de R\$ 202,5 bilhões no trimestre de junho a agosto de 2020, 2,2% abaixo do trimestre móvel anterior e 5,7% inferior do que no mesmo período em 2019.

A renda média dos trabalhadores cresceu no período, mas refletiu um efeito estatístico: como os trabalhadores de menores salários foram afetados e deixaram a base do cálculo, a renda média dos trabalhadores ocupados aumenta.

[País registra abertura de 313,6 mil vagas com carteira em setembro, resultado insuficiente para compensar as perdas registradas no acumulado do ano \(558,6 mil vagas\)](#)

Segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPT), o Brasil apresentou resultado positivo no emprego celetista em setembro de 2020, registrando saldo de 313,6 mil postos de trabalho. Contudo, no acumulado do ano até setembro de 2020, o país ainda registra saldo negativo de 558,6 mil empregos, decorrente de 10.617.333 admissões e de 11.175.930 desligamentos.

Ademais, o CAGED apresenta os seguintes destaques:

- No acumulado do ano, os setores de “Comércio” (-345,7 mil vínculos) e “Serviços” (-418 mil) foram os que apresentaram maiores desmobilizações de emprego formal.
- Apenas as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram saldo de trabalho formal positivo no acumulado de janeiro a setembro de 2020, mas no mês de setembro, todas as regiões registraram saldo positivo.
- No *ranking* nacional, o Maranhão registrou o quarto maior saldo positivo de emprego formal no acumulado do ano, sendo o único estado do Nordeste com saldo positivo.
- Em relação ao mês de setembro, Pernambuco foi o estado nordestino que apresentou o maior saldo positivo de emprego (+21,8 mil vínculos), seguido da Bahia (+16,9 mil vínculos) e do Alagoas (+16,6 mil vínculos).

3. ABRANGÊNCIA ESTADUAL

3.1. Indicadores e Nível de Atividades

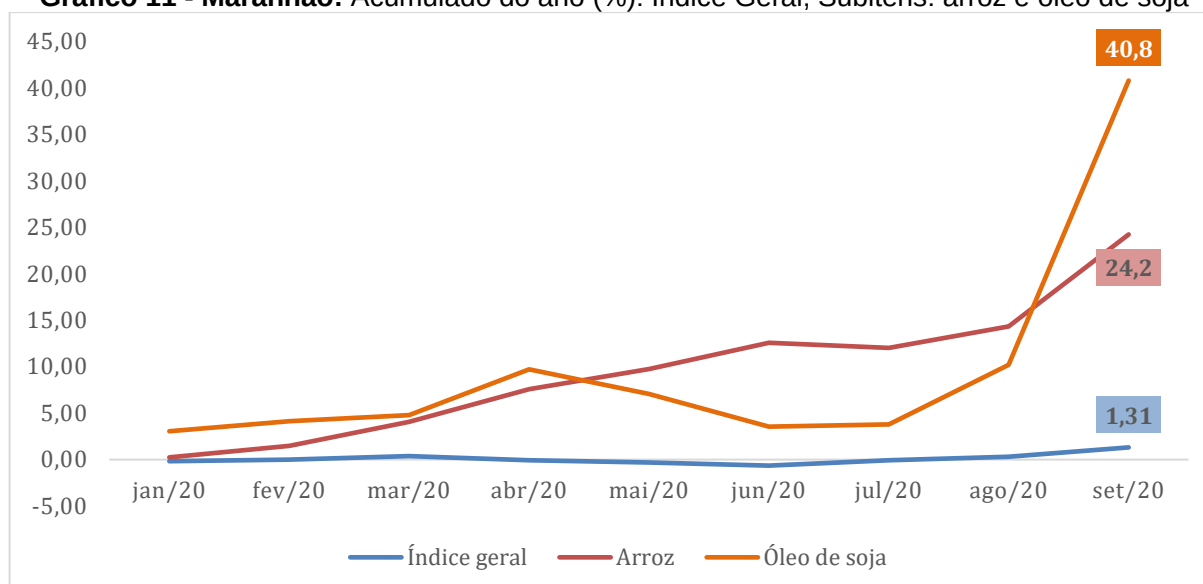
3.1.1. Inflação

A alta do IPCA, no terceiro trimestre, foi incitada pela aceleração nos produtos alimentícios e combustíveis

No terceiro trimestre de 2020, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em São Luís, registrou três variações mensais positivas. Seguindo a trajetória nacional, esse trimestre foi o de maior crescimento do ano. Os meses de julho, agosto e setembro apresentaram variação de 0,57%, 0,38% e 1%, respectivamente.

Até o segundo trimestre, havia deflação no acumulado do ano. Essa dinâmica foi invertida com os resultados do terceiro trimestre. O acumulado do ano soma 1,31%, com maior influência dos grupos habitação, transportes e alimentação.

Gráfico 11 - Maranhão: Acumulado do ano (%): Índice Geral; Subitens: arroz e óleo de soja



Fonte: IPCA/IBGE (2020)

O mês de setembro destacou-se com a maior variação mensal do ano, suscitado, principalmente, pelo subitem arroz (+8,65%) e pelo contrafile (+15,19%). Esses aumentos ocorridos no estado possuem justificativas semelhantes às do cenário nacional, pois o câmbio depreciado, a maior demanda externa e o aumento de demanda interna provocada, dentre outros fatores, pelo auxílio emergencial, pressionaram o preço dos produtos da cesta básica, o que compromete a renda das famílias com o grupo dos alimentos, os produtos mais importantes do orçamento familiar.

A restrição de oferta de arroz na Tailândia, grande produtor mundial, exerceu pressão sobre o preço dos alimentos. Além disso, outros países, na tentativa de se precaver de uma crise alimentícia, priorizaram a redução das exportações de alimentos básicos, o que pressionou a demanda pelos produtos agrícolas brasileiros, como soja, arroz e milho.

De janeiro a setembro do ano de 2020, as exportações de arroz no Brasil foram 38,8% maiores que a média dos dois últimos anos, enquanto no Maranhão foram 96,5%. O complexo de soja apresentou elevação de 18,7% no volume das exportações no Brasil, enquanto no Maranhão alcançou 6,0%. A exportação desse complexo afeta o óleo de soja, que também sofreu grande elevação no preço. Esse quadro de elevação nas exportações pressiona os preços internos por

concorrer com a alta dos preços internacionais.

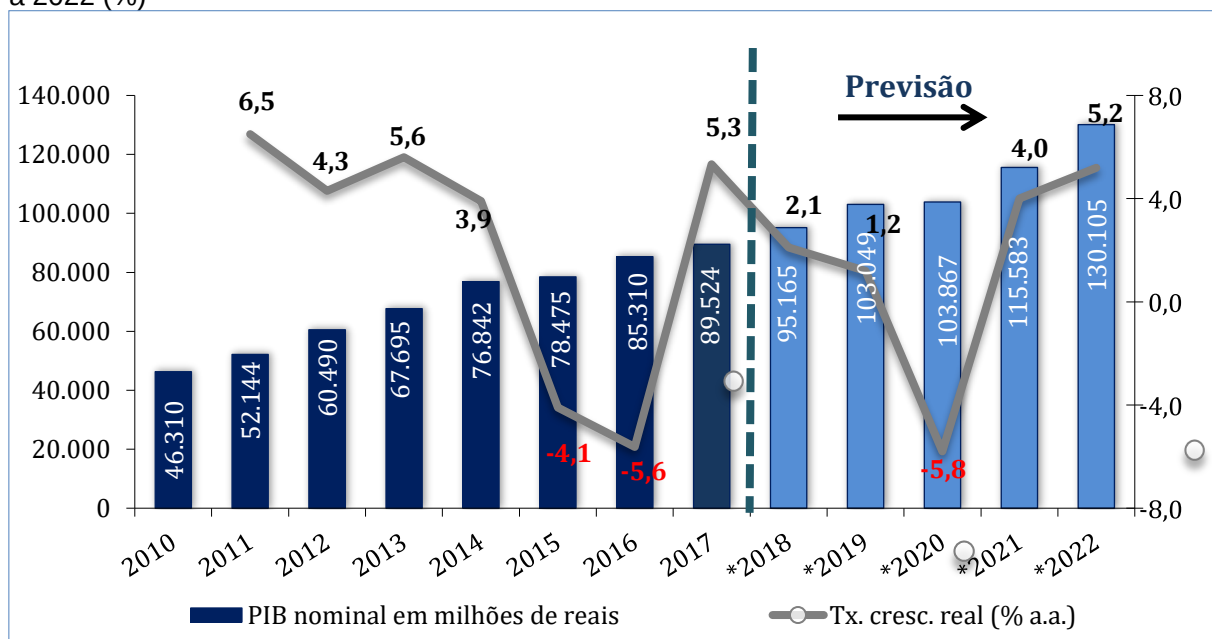
Desse modo, a expectativa para a inflação no Maranhão no fim do ano é de pressão pelos alimentos, que enfrentam grande competição no cenário de pandemia. Com os estoques públicos de arroz em níveis baixos, a safra 2021 tem previsão para a colheita a partir de janeiro, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (cerca de 80% da produção nacional somados). Já no Maranhão, a colheita se inicia a partir de março. Com o aumento da oferta desse bem, espera-se uma contenção nos preços a partir do início do ano de 2021.

3.1.2. Produto Interno Bruto

Retomada gradual das atividades econômicas iniciada em junho contribuiu para um melhor cenário sobre o desempenho da economia estadual em 2020

A estimativa do PIB para 2020 foi reavaliada para um recuo de 5,8%, devido à retomada gradual das atividades econômicas, notadamente a partir do terceiro trimestre, com destaque para as atividades da Agropecuária, Comércio, Administração Pública e Indústria de Transformação. A estimativa para o ano, divulgada no trimestre anterior, previa uma queda em 2020 no PIB maranhense da ordem de 8,0% (**Gráfico 12**).

Gráfico 12 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e taxa de crescimento real do PIB – 2010 a 2022 (%)



Fonte: IBGE; IMESC
Elaboração: IMESC

A economia do Maranhão é bastante concentrada no setor terciário, o qual responde por cerca de 72,5% do nível de atividades total do estado. Os setores primário e secundário respondem por 9,0% e 18,5%, respectivamente. Dentre os três grandes setores, o primário não foi afetado pela pandemia, conforme será detalhado adiante.

Agropecuária: estima-se um crescimento de 7,4% no setor primário devido ao bom desempenho da produção de grãos para 2020

O setor primário maranhense deverá apresentar crescimento de 7,4% em 2020, ante 6,5% conforme divulgado no boletim anterior²⁷. Esse resultado foi calculado por meio da metodologia

²⁷ Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/48007d8b9745e8dfcdc896d51f05a630.pdf>

desenvolvida pelo IMESC de mensuração do Índice de Atividade Econômica Trimestral²⁸, no qual a agropecuária foi o primeiro setor a ter a metodologia já finalizada.

Ademais, vale destacar o crescimento estimado de 9,2% produção graneleira, que deverá ultrapassar os 5,3 milhões de toneladas de grãos este ano, sendo que os agricultores maranhenses deverão colher, aproximadamente, 3,1 milhões de toneladas de soja (+ 7,6% em comparação a safra de 2019).

É importante destacar que, segundo o Índice de Atividade Econômica Trimestral desenvolvido pelo IMESC, a saca de soja teve elevação de 41,9% no preço quando comparado com o segundo trimestre do ano passado. A variação no preço da soja no Maranhão pode ser explicada, em parte, pela crescente desvalorização do real frente ao dólar. Haja vista que o Estados Unidos é o segundo produtor mundial, atrás apenas do Brasil, a demanda pelo produto brasileiro deverá se intensificar, ocasionando um crescimento em volume em 2021.

Indústria: com melhor desempenho no segundo semestre, estimativa do setor é reavaliada para -4,3% contra -4,7% no trimestre anterior

Considerando as informações disponíveis até o terceiro trimestre deste ano, o recuo estimado no setor secundário foi reavaliado para 4,3%, ante 4,7% no trimestre anterior. Com a flexibilização gradual das atividades econômicas, após o período mais crítico da pandemia do novo coronavírus, algumas atividades do setor secundário começaram a responder paulatinamente. Contudo, não foi suficiente para reverter a queda estimada no Valor Adicionado Bruto do setor e, consequentemente, no PIB.

Ao analisar a Balança Comercial maranhense, o estado apresentou bom desempenho no tocante à quantidade exportada dos complexos da nossa pauta: Complexo Alumínio (+7,4%), Complexo Celulose (+12,5%) e Complexo Ferro (+12,9%).

Quanto ao impacto no setor secundário gerado pela recuperação gradual dos empregos formais no estado, principalmente nas atividades de maior peso no setor secundário maranhense, a Construção, com destaque para Obras de Infraestrutura, destaca-se com o saldo positivo de 2.063 vagas no acumulado de janeiro a agosto de 2020. Já a Indústria de Transformação apresentou saldo positivo de 426 vagas no mesmo período, sendo +224 vagas somente em agosto.

Serviços: comércio aponta sinais de recuperação e contribui para a atenuação na queda estimada do PIB maranhense em 2020 para -7,8%

Conforme a reavaliação do PIB, realizada pelo IMESC, no terceiro trimestre deste ano, o setor terciário deverá apresentar uma queda de 7,8%, no boletim anterior, a avaliação era de -10,6%. Essa reavaliação reflete a mesma situação que vem ocorrendo no setor secundário, que melhorou a partir da retomada gradual das atividades econômicas após o período mais crítico da pandemia.

De acordo com os dados do Comércio Varejista Restrito, no acumulado de janeiro a agosto, o volume de vendas apresentou crescimento de 3,8%, sendo que, no acumulado de 12 meses, o percentual foi de 2,5%. Por outro lado, o varejista ampliado ficou estável no mesmo período, o que gera uma expectativa positiva até dezembro, com as vendas do natal e grandes promoções, como por exemplo, o chamado Black Friday.

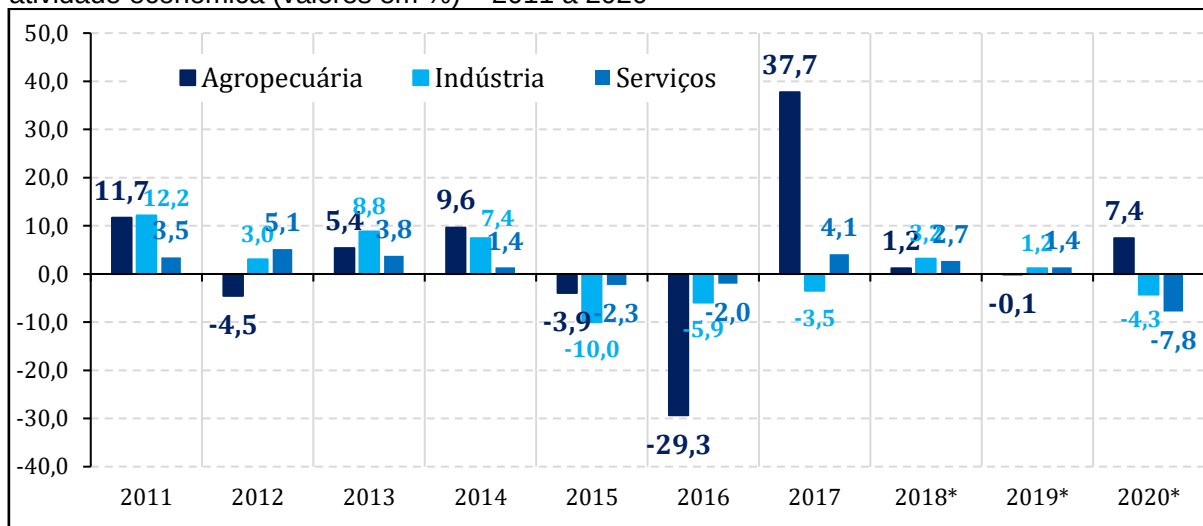
Pela perspectiva do emprego formal, as atividades do setor terciário que apresentaram maior destaque na geração de vagas, no acumulado de janeiro a agosto de 2020, foram: Saúde Humana e Serviços Sociais (+4.950) Informação e Comunicação (+430) e Atividades Imobiliárias

²⁸ Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/67c4e852d881ccdee480effb65ad7917.pdf>

(+35).

Recentemente, o governo do estado liberou²⁹, com algumas ressalvas, os cinemas e outras atividades recreativas. Portanto, estima-se que, até dezembro deste ano, a retomada dessas atividades possa contribuir ainda mais para amenizar a queda no nível de atividade econômica do Maranhão.

Gráfico 13 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) – 2011 a 2020



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria.

É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, à medida que os indicadores econômicos são consolidados e divulgados pelas fontes oficiais. Dessa forma, é possível delinear um cenário mais consolidado e aderente à dinâmica econômica estadual.

3.1.3. Agropecuária

Maranhão registra terceiro maior aumento do Nordeste no Valor Bruto da Produção Agropecuária

Em termos de Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), indicador de faturamento divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o país apresentou alta de 11,5% na estimativa do mês de setembro em relação ao registro de 2019.

O Maranhão registrou crescimento de 23,6% na comparação com o ano passado, terceiro maior do Nordeste, atingindo um VBP estimado em R\$ 11,1 bilhões para o ano. Desse total, a pecuária representa R\$ 2,5 bilhões, com destaque para o rebanho bovino (R\$ 2,3 bilhões). Já as lavouras representam R\$ 8,6 bilhões, com destaque para as culturas da soja (R\$ 5,4 bilhões), milho (R\$ 1,6 bilhão) e algodão herbáceo (R\$ 746 milhões).

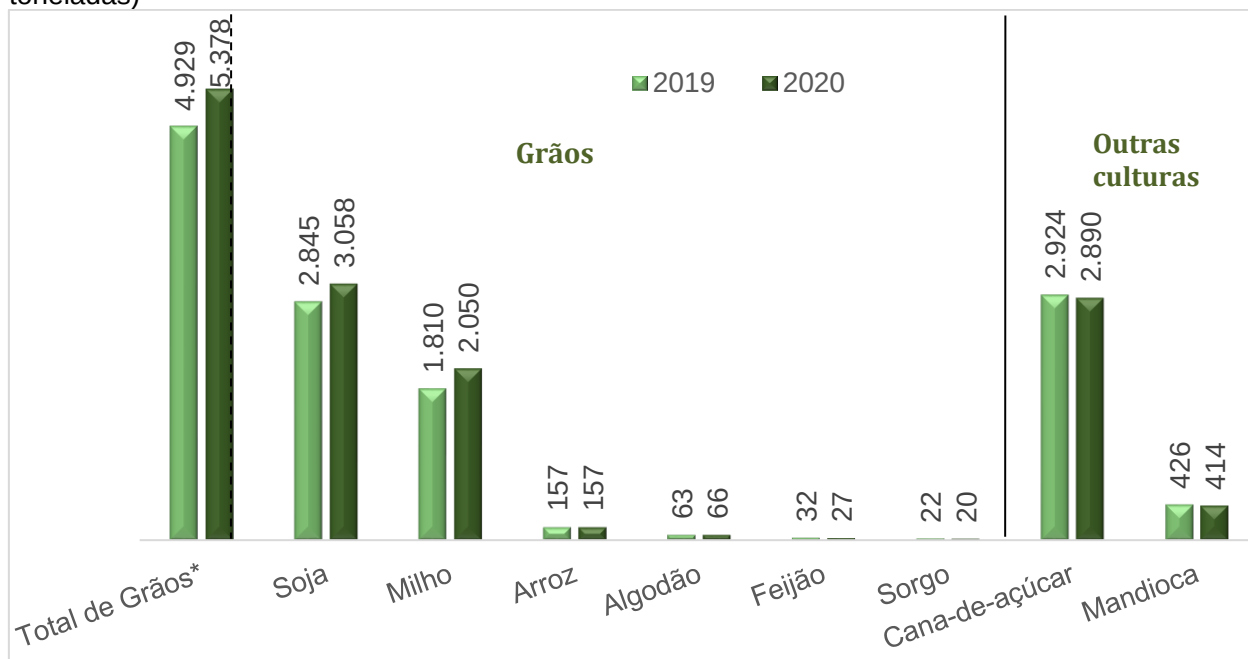
De acordo com o LSPA/IBGE, referente a setembro de 2020, a produção de grãos estimada para o ano é de 5,4 milhões de toneladas. Em comparação com a safra de 2019, o crescimento esperado é de 9,1%. Esse resultado configura o quarto ano seguido de recorde na produção de grãos, levando em conta o início da série histórica do LSPA em 2006.

Principal grão produzido no estado, a soja deverá atingir 3,1 milhões de toneladas em 2020, crescimento de 7,5% em relação à safra anterior. Isso se deve ao expressivo aumento do

²⁹ Mais detalhes em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/10/16/governo-do-maranhao-anuncia-reabertura-de-cinemas-e-descarta-reveillon.ghtml>.

rendimento médio da lavoura, que deverá ficar em 3,2 mil kg/ha (+9,1%). Já a produção estimada de milho alcançou um patamar de 2,1 milhões de toneladas, o que representa uma variação de 13,3% em relação à safra de 2019.

Gráfico 14 - Maranhão: Estimativa da produção, área plantada e colhida e rendimento médio das principais culturas acompanhadas pelo LSPA do Maranhão – 2019 e setembro/2020 (mil toneladas)



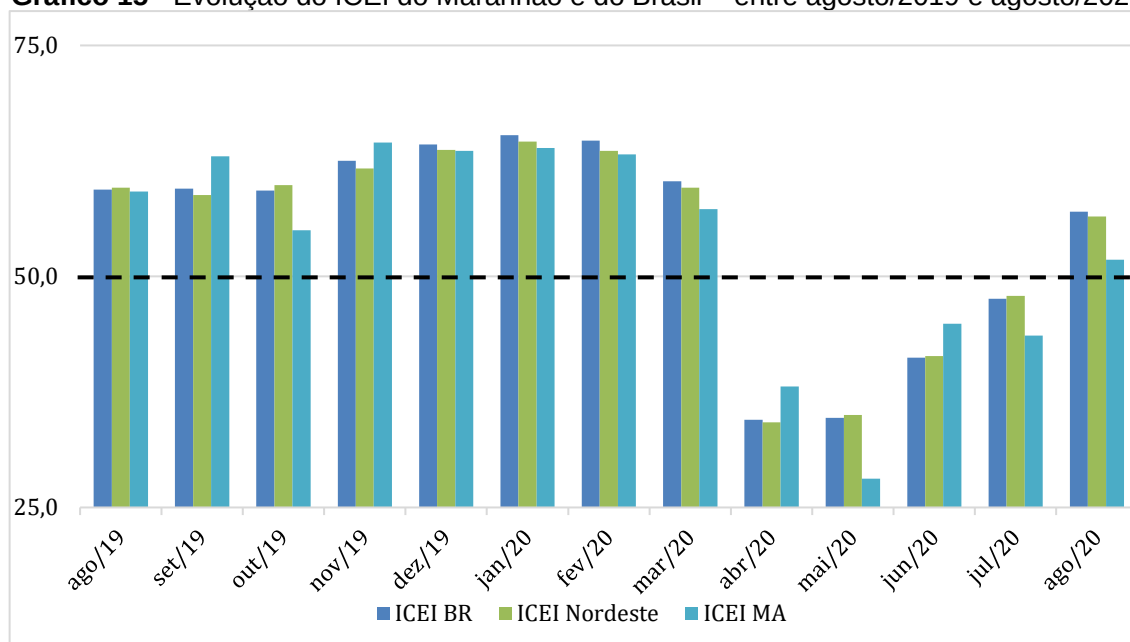
*Cereais, leguminosas e oleaginosas
Fonte: LSPA/IBGE

3.1.4. Indústria

[Confiança da Indústria maranhense mantém recuperação e alcança o nível observado em março](#)

Após fortes recuos em abril e maio, o índice de confiança do empresário industrial maranhense atingiu o primeiro aumento no ano em agosto, ultrapassando a linha divisória dos 50 pontos. O índice aponta a retomada da confiança do empresário do segmento industrial na economia, apesar de ainda não alcançar o nível do ICEI de fevereiro, o que evidencia o impacto da pandemia da COVID-19 no setor produtivo industrial maranhense, acompanhando o nível nacional e regional, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 15 - Evolução do ICEI do Maranhão e do Brasil – entre agosto/2019 e agosto/2020

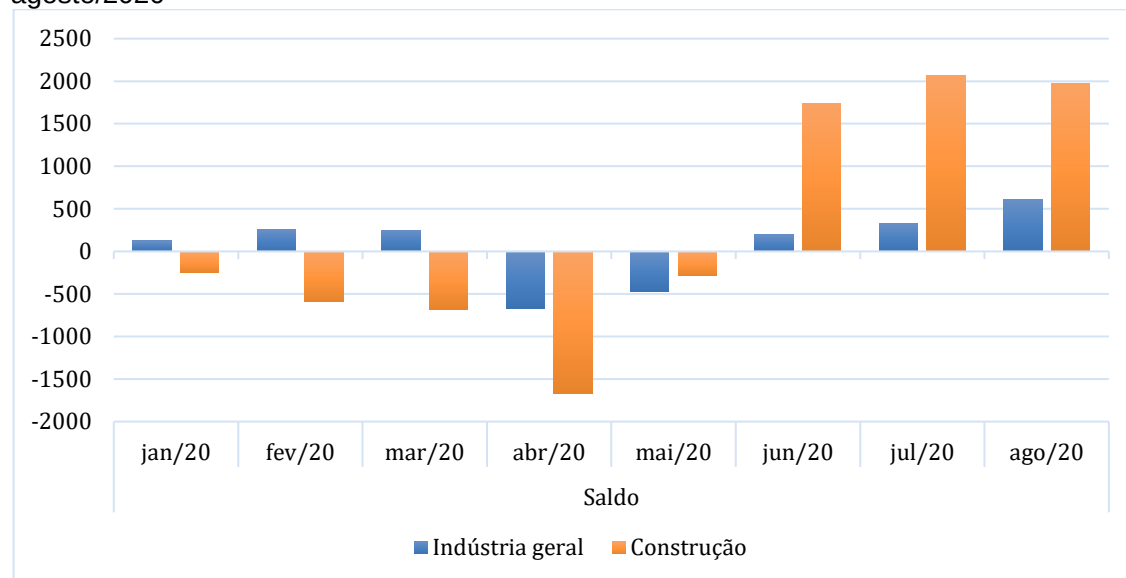


Fonte: FIEMA

Como indicador da retomada das atividades, o emprego na indústria apresentou desempenho positivo no estado em agosto, atingindo um saldo de +605 novos postos de trabalho formal. O CAGED registrou o terceiro aumento consecutivo das admissões do setor industrial no Maranhense, após demonstrar recuo nos meses de abril e maio.

A Indústria da Construção foi o segmento com o saldo de empregos mais expressivo em agosto (+1.969); seguido pelos segmentos Indústria de Transformação (+502); Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação (+75); Indústria Extrativa (+25); e Eletricidade e Gás (+3). Com a abertura de novos postos de trabalho formal em agosto, a indústria da Construção segue registrando desempenho cada vez mais favorável, com saldo positivo pelo terceiro mês consecutivo, após um período de redução acentuado em abril, como consequência da necessidade de isolamento social que provocaram a paralização das atividades em março e abril, além da concessão de férias coletivas, redução da jornada de trabalho, dentre outras medidas.

Gráfico 16 - Saldo de empregos formais na Indústria e Construção Civil – entre janeiro e agosto/2020



Fonte: Novo Caged/Ministério da Economia

A expectativa dos empresários da Indústria maranhense para os próximos seis meses aponta melhora, com valores acima dos 50 pontos, como o aumento da demanda (+5,2 pontos), o que sinaliza otimismo em relação ao aumento da produção, segundo dados da última Sondagem Industrial, realizada pela FIEMA, referente ao nível de atividade industrial em julho de 2020. As indústrias de pequeno porte do Maranhão foram as que demonstraram maior otimismo em relação à demanda, no entanto as de médio e grande porte foram as que apresentaram maior otimismo em relação à compra de insumos e exportação.

3.1.5. Serviços

Volume de serviços no Maranhão cresceu 4,6% em agosto desse ano na variação mensal

Em agosto de 2020, o volume de serviços maranhense apresentou crescimento de 4,6% em relação a julho de 2020, trazendo uma retomada do volume de atividades pelo terceiro mês consecutivo segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). O dinamismo do volume de serviços impactou no desempenho positivo do emprego formal do setor de Serviços (+1,78 mil vínculos), destacando-se o subsetor de “Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas” (+1,18 mil vínculos) conforme aponta o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Em agosto desse ano, o saldo líquido de contratações do Maranhão foi de 5.861, o maior saldo para os meses de agosto da série histórica iniciada em 2004, apresentando crescimento de 1,21% no estoque de empregos formais, o que levou o estado a ocupar o sexto lugar no Brasil e o terceiro no Nordeste, em termos de crescimento de empregos.

Tabela 11 - Variação (%) dos indicadores do volume de serviços, segundo as atividades de divulgação em julho de 2020 (Base fixa 2014 = 100)

Indicador (%)	Variação Mensal			Variação Interanual 2020/19			Acumulado no ano 2020			Últimos 12 meses		
	JUN.	JUL.	AGO.	JUN.	JUL.	AGO.	JAN.-JUN.	JAN.-JUL.	JAN.-AGO.	Até JUN.	Até JUL.	Até AGO.
Brasil	5,3	2,6	2,9	-12,2	-12	-10	-8,4	-8,9	-9	-3,4	-4,5	-5,3
Maranhão	6,0	0,0	4,6	-7,4	-9,8	-4,9	-6,7	-7,2	-6,9	-2	-3,1	-4

Fonte: PMS, IBGE

Apesar do crescimento registrado do volume de serviços em agosto na variação mensal, ele ainda se encontra distante do desempenho do setor no ano de 2019, caindo -4,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Com o resultado de agosto, o setor apresentou queda de 6,9% no acumulado do ano de 2020. No entanto, pondera-se a melhora neste indicador, visto que na última PMS a queda no ano era 7,2%. Esse é um ritmo de recuperação lento, contudo, melhor que o observado no país, onde a queda nesse mesmo comparativo é de 9%. Pela lenta retomada, é incerto o cenário de superação do nível pré pandemia até o final do ano.

3.1.6. Comércio Varejista

O varejo restrito maranhense alcança seu terceiro recorde consecutivo ao atingir 121,7 pontos

Em agosto de 2020, o volume de vendas do varejo restrito maranhense cresceu 5,8% em volume de vendas e atingiu 121,7 pontos em seu número-índice, conforme a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). No acumulado do ano, o comércio maranhense, em julho de 2020, recuperou as perdas decorrentes da pandemia e em agosto avançou 3,8%, superando o pior momento vivido durante a pandemia, quando caiu -6,4% em maio. Dessa maneira, o Maranhão encontra-se em situação mais favorável que a observada na abrangência cenário nacional, tendo em vista que o país ainda não recuperou as perdas contraídas no volume de vendas ao longo do ano.

Tabela 12 - Brasil e Maranhão: Indicadores (%) do volume de vendas do varejo restrito e ampliado, em agosto de 2020 (Base fixa 2014 = 100)

Varejo Restrito												
U.F.	Mensal			Interanual			Acumul. do ano			Acumul. de 12 meses		
	JUN.	JUL.	AGO.	JUN.	JUL.	AGO.	JAN.-JUN.	JAN.-JUL.	JAN.-AGO.	Até JUN.	Até JUL.	Até AGO.
Brasil	8,8	5,0	3,4	0,5	5,5	6,1	-3,2	-2,0	-0,9	0,0	0,1	0,5
Maranhão	29,8	5,1	5,8	14,4	21,4	23,5	-3,0	0,6	3,8	-1,2	0,5	2,5
Varejo Ampliado												
U.F.	Mensal			Interanual			Acumul. do ano			Acumul. de 12 meses		
	JUN.	JUL.	AGO.	JUN.	JUL.	AGO.	JAN.-JUN.	JAN.-JUL.	JAN.-AGO.	Até JUN.	Até JUL.	Até AGO.
Brasil	11,8	7,1	4,6	-2,3	1,6	3,9	-7,7	-6,3	-5,0	-1,4	-1,9	-1,7
Maranhão	34,5	6,3	4,7	14,2	19,8	20,0	-7,2	-3,2	0,0	-3,7	-2,1	-0,3

Fonte: PMC, IBGE

O varejo ampliado maranhense, em agosto desse ano, cresceu 4,7% em volume de vendas na sua variação mensal. A perda de dinamismo em relação ao mês anterior, que havia registrado alta de 6,3%, deve-se à queda de -0,5% na venda de veículos, segundo dados da Fenabreve. No mês de julho, as vendas haviam crescido 28,3%.

Tabela 13 - Maranhão: Variações (%) do total de licenciamentos de veículos, em setembro de 2020

Indicador (%)	Variação Mensal			Variação Interanual 2020/19			Acumulado no ano 2020			Últimos 12 meses		
	Jul.	Ago.	Set.	Jul.	Ago.	Set.	Jan.-Jul.	Jan.-Ago.	Jan.-Set.	Até Jul.	Até Ago.	Até Set.
MA	28,3	-0,5	0,6	11,4	9,6	17,0	-26,6	-21,9	-17,6	-13,2	-12,0	-11,4

Fonte: Fenabreve

Ainda em relação à PMC, observando o acumulado do ano até agosto, o varejo ampliado maranhense, a despeito da crise econômica nacional, apresentou estabilidade em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto o país acumula perda de 5%. No mês de agosto desse

ano, verificou-se queda de 6,4% do número de devedores no Estado segundo o CDL São Luís, o que sugere a possibilidade de haver novo fôlego para ampliação do consumo. Isso porque, menos devedores sinaliza que mais pessoas podem ter mais acesso futuro ao consumo, o que reforça a tendência de fechamento positivo do volume de vendas no ano de 2020.

O bom resultado das vendas do comércio no Maranhão é atribuído, principalmente, ao bom desempenho do mercado formal de trabalho, que apresentou o maior saldo para os meses de agosto da série histórica iniciada em 2004, com o registro de 5.861 contratações líquidas, além da política estadual assertiva de combate à pandemia, que permitiu o retorno das atividades econômicas com riscos controlados. Os recursos do auxílio emergencial também foram importantes para o dinamismo do volume de vendas apresentado nesse mês de agosto desse ano.

Para o segundo semestre esse ano, espera-se uma melhora no varejo ampliado em face do momento favorável do mercado de trabalho, o qual apresentou o terceiro maior saldo de contratações formais no país no acumulado de janeiro a agosto de 2020, com 8.350 admissões líquidas.

3.2. Comércio Exterior

3.2.1. *Commodities*

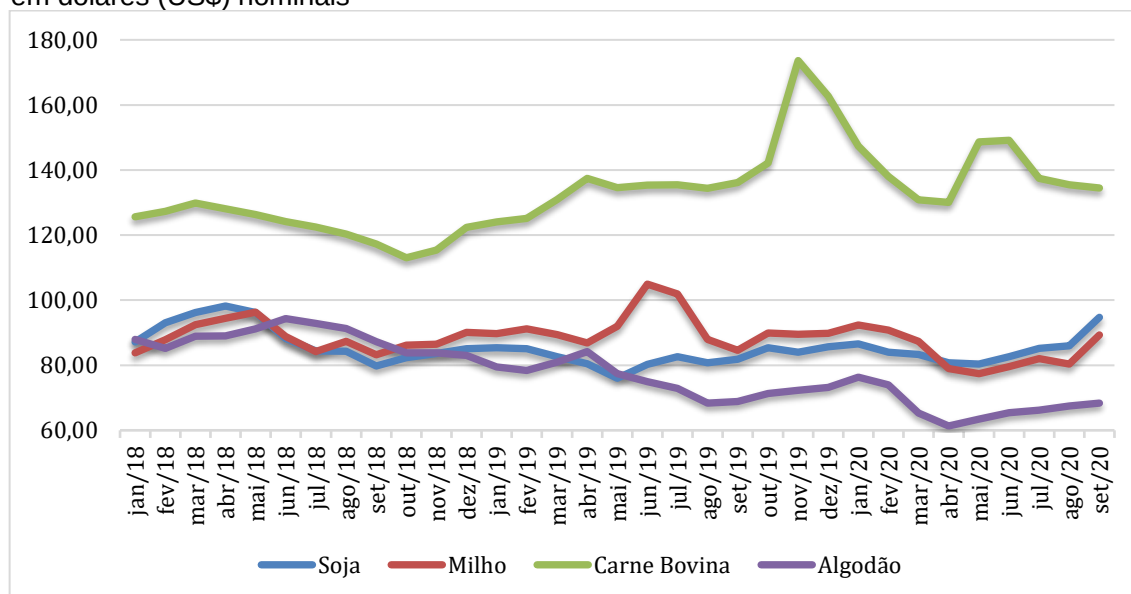
A cotação da carne bovina apresentou alta significativa na comparação interanual do acumulado de janeiro a setembro de 2020

A cotação da carne bovina no mercado internacional em 2020 foi 4,85% maior que em 2019, na média do acumulado do ano até setembro. Esse aumento justifica-se principalmente pelo aumento da importação chinesa que, no acumulado janeiro a setembro de 2020, totalizou 1,57 milhão de toneladas de carne bovina – representando uma variação de 38,8%, em comparação ao mesmo período do ano passado³⁰.

Por sua vez, a cotação da soja apresentou um crescimento de 3,89%. A explicação desse fato reside no aumento da demanda da China – visto que esse país é o principal importador desse produto –, aliado à redução do estoque de soja dos Estados Unidos e da venda de toda a safra 2019/2020 da soja brasileira (este último fator exerce influência especial na alta do mês de setembro). Na média de janeiro a setembro, as variações negativas nas cotações das *commodities* agropecuárias foram exibidas pelo algodão (-11,32%) e milho (-8,48%).

³⁰ Disponível em: <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/10/13/importacoes-chinasas-de-carnes-aumentaram-72percent-de-janeiro-a-setembro.ghml>>. Acesso em: 22 out. 2020.

Gráfico 17 - Número-índice para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina e algodão, de janeiro de 2018 até setembro de 2020 (Base 2010 = 100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

O petróleo bruto foi a *commodity* que apresentou a maior variação negativa (-34,49%) na média do acumulado do ano até setembro, em comparação com o mesmo período do ano passado. O preço do petróleo voltou a apresentar queda significativa em setembro, em face da segunda onda da COVID-19 em diversos países e do não cumprimento do acordo da OPEP+ de redução da produção de petróleo por alguns membros (a exemplo do Iraque, que não cortou a produção de 400 mil barris por dia)³¹. Segundo o Banco Mundial, a previsão da média do preço do barril de petróleo para 2020 é de US\$ 41 e US\$ 44 para 2021³².

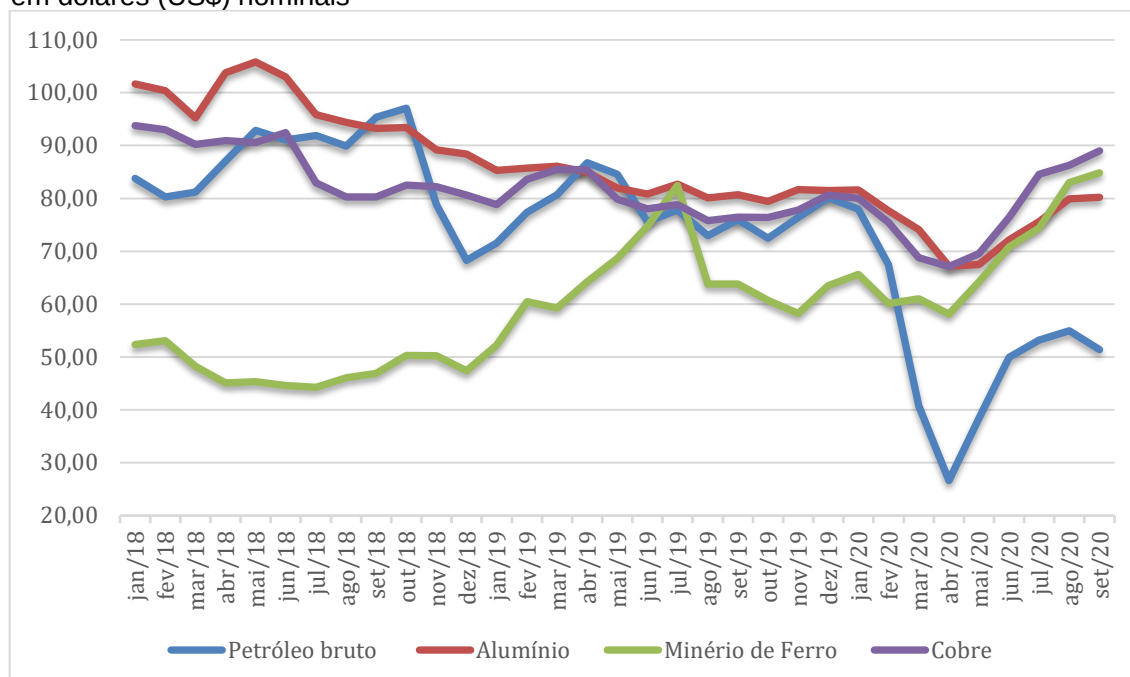
Em seguida, consta o alumínio com queda de 9,65% e o cobre com redução de 3,49%, ainda na comparação interanual do acumulado do ano (jan./set.). Por outro lado, o minério de ferro apresentou variação positiva de 5,51% nas cotações nesse mesmo período, sendo que a alta nesse produto está relacionada com o aumento da demanda chinesa³³.

³¹ Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/petroleo-fecha-em-queda-com-duvidas-sobre-economia-e-temores-de-excesso-de-oferta/>>. Acesso em: 22 out. 2020.

³² Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/10/22/impact-of-covid-19-on-commodity-markets-heaviest-on-energy-prices-lower-oil-demand-likely-to-persist-beyond-2021>>. Acesso em: 22 out. 2020.

³³ Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2020/08/11/demanda-por-minerio-de-ferro-segue-em-alta-com-retomada-da-china.htm>>. Acesso em: 22 out. 2020.

Gráfico 18 - Número-índice para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de janeiro de 2018 a setembro de 2020 (Base 2010 = 100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

3.2.2. Balança Comercial

Complexo ouro foi destaque nas exportações maranhenses, com aumento de US\$ 106,4 milhões no acumulado do ano

O saldo da balança comercial maranhense foi US\$ 1,0 bilhão, no acumulado de janeiro a setembro de 2020, um resultado 247,2% superior ao saldo do mesmo período do ano passado. Esse elevado superávit origina-se da grande queda das importações, que foi de 40,0%, e da redução de 9,1% das exportações.

A comparação interanual do resultado do 3º trimestre exibe de modo claro a dificuldade de reversão do enfraquecimento das importações, que apresentam uma variação de -47,4%. Por outro lado, a queda nas exportações segue trajetória de recuperação, porém, ainda exibe variação de -6,4%.

Tabela 14 - Balança Comercial Maranhense de 2015 até 2020*, valores em US\$ milhões e variação em (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)	Saldo (Var %)	(A-B) Corrente Comercial (US\$ mi)
2015	3.050,1	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,6	-86,6	6.670,8
2016	2.209,8	-27,5	-2.101,8	-42,0	108,1	-118,9	4.311,6
2017	3.032,1	37,2	-2.559,3	21,8	472,8	337,5	5.591,4
2018	3.828,1	26,3	-3.094,1	20,9	734,0	55,2	6.922,2
2019	3.543,6	-7,4	-3.551,5	14,8	-7,8	-101,1	7.095,1
2019*	982,7	-	881,6	-	1.864,3		101,2
2020*	920,0	-6,4	463,7	-47,4	1.383,7	-25,8	456,3
2019**	2.753,1	-	-2.456,5	-	296,6	-	5.209,6
2020**	2.503,6	-9,1	-1.473,7	-40,0	1.029,9	247,2	3.977,3

Fonte: Ministério da Economia *3º Trimestre; ** Acumulado até setembro

A redução da exportação, no acumulado até setembro, foi influenciada principalmente pela

queda no valor exportado dos seguintes insumos industriais: complexo alumínio (-22,1%, US\$ -221,2 mi), complexo celulose (-33,6%, US\$ -198,2 mi) e complexo ferro (-5,7%, US\$ -18,8 mi). Em contrapartida, as variações positivas foram apresentadas pelo complexo soja (+8,2%, US\$ 54,3 mi) e do milho (+21,9%, US\$ 13,9 mi). O complexo ouro foi o setor que apresentou a maior variação absoluta, totalizando US\$ 106,4 mi.

Tabela 15 - Principais complexos e produtos exportados pelo estado do Maranhão de 2018 até 2020*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e crescimento (%)

Produtos	2019*		2020*		Cresc (%) 2020*/2019*		Var. Absoluta
	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	Valor	Qtd	US\$ milhões
Total	2.753,1	8.375,3	2.503,6	9.364,8	-9,1	11,8	-249,5
Complexo Alumínio	1.002,0	2.759,0	780,8	2.964,2	-22,1	7,4	-221,2
Complexo Soja	661,4	1.897,4	715,7	2.115,3	8,2	11,5	54,3
Complexo Celulose	589,9	944,2	391,6	1.062,3	-33,6	12,5	-198,2
Complexo Ferro	331,6	2.364,9	312,8	2.669,3	-5,7	12,9	-18,8
Ferro Gusa	104,9	308,1	75,2	240,6	-28,3	-21,9	-29,7
Pelotas de Ferro	206,9	1.990,1	224,7	2.358,4	8,6	18,5	17,7
Outros	19,8	66,8	12,9	70,2	-34,5	5,0	-6,8
Milho	63,6	379,4	77,5	497,1	21,9	31,0	13,9
Algodão	18,6	10,7	21,1	13,8	13,2	28,7	2,5
Complexo Proteína Animal	18,2	5,4	20,8	5,9	14,0	8,8	2,5
Complexo Couro	1,0	0,6	0,9	1,0	-5,0	60,1	0,0
Complexo Ouro	47,6	0,0	154,0	0,0	223,8	178,0	106,4
Complexo Cobre	1,9	0,4	0,0	0,0	-100,0	-100,0	-1,9
Outros Complexos	17,4	13,1	28,2	35,9	61,7	174,6	10,7

Fonte: Ministério da Economia *Valores de peso em milhares *Acumulado até setembro **Valores distorcidos ou muito grandes

No acumulado do ano, a queda das importações maranhenses foi influenciada pela redução de US\$ 601 milhões do diesel

No acumulado até setembro, a queda da importação no estado foi puxada pela redução das importações dos combustíveis e lubrificantes (-47,6%, US\$ -799 mi) e do álcool/etanol (-80,9%, US\$ -192 mi). Na abertura por produtos, o diesel foi o que apresentou maior queda, com redução de 48,7% no valor importado (US\$ -601 mi). A gasolina, por sua vez, teve queda de 47,2%, uma redução de US\$ 189 mi no mesmo período de referência.

A categoria de Fertilizantes foi a única a apresentar variação positiva, um crescimento de 29,9%³⁴ na quantidade importada, e de 2% no valor. De acordo com o Banco Mundial, houve uma redução 12,06% na média dos preços dos fertilizantes, no acumulado do ano até setembro, em comparação com o mesmo período do ano passado.

³⁴ O Maranhão apresentou em 2020, produção recorde de grãos pelo quarto ano consecutivo, mais detalhes na seção da agricultura.

Tabela 16 - Principais produtos das importações maranhenses de 2018 a 2020*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variação (%)

Produtos	2019*		2020*		Var. 2020*/2019*		Var. Absoluta
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd. (%)	US\$ milhões
Total Importado	2.457	6.143	1.474	5.399,4	-40,0	-12,1	-983
Combustíveis e Lubrificantes	1.679	3.444	880	2.789	-47,6	-19,0	-799
Diesel	1.234	2.050	633	1.482	-48,7	-27,7	-601
Gasolinas	399	691	211	571	-47,2	-17,3	-189
Coques, hulhas e derivados	45	703	36	736	-20,1	4,7	-9
Outros derivados do petróleo	0	0	0	0,0	-78,4	-73,4	0
Álcool/Etanol	238	461	45	86,1	-80,9	-81,3	-192
Fertilizantes	309	1.125	316	1.461,1	2,0	29,9	6
Cloretos de Potássio	129	395	109	473,8	-15,6	19,8	-20
ADP ¹	69	182	84	296,7	21,6	63,1	15
Superfosfatos	60	343	48	342,6	-19,8	-0,3	-12
Uréia	27	96	33	142,8	20,7	48,9	6
Sulfato de Amônio	9	56	9	64,7	0,0	15,8	0
Outros fertilizantes e intermediários	16	53	34	140,6	109,1	167,7	18
Outros Produtos	231	1.113	233	1.063,1	0,8	-4,5	2

Fonte: Ministério da Economia *Acumulado até setembro ¹Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

Os complexos e produtos que apresentaram quedas, tanto nas exportações como nas importações, estão claramente relacionados às paralisações das atividades econômicas em âmbito global. Já era esperada redução nas cotações dos insumos industriais e também prevista uma manutenção da tendência positiva das cotações das *commodities* agropecuárias, conforme está sendo observado.

3.3. Investimentos

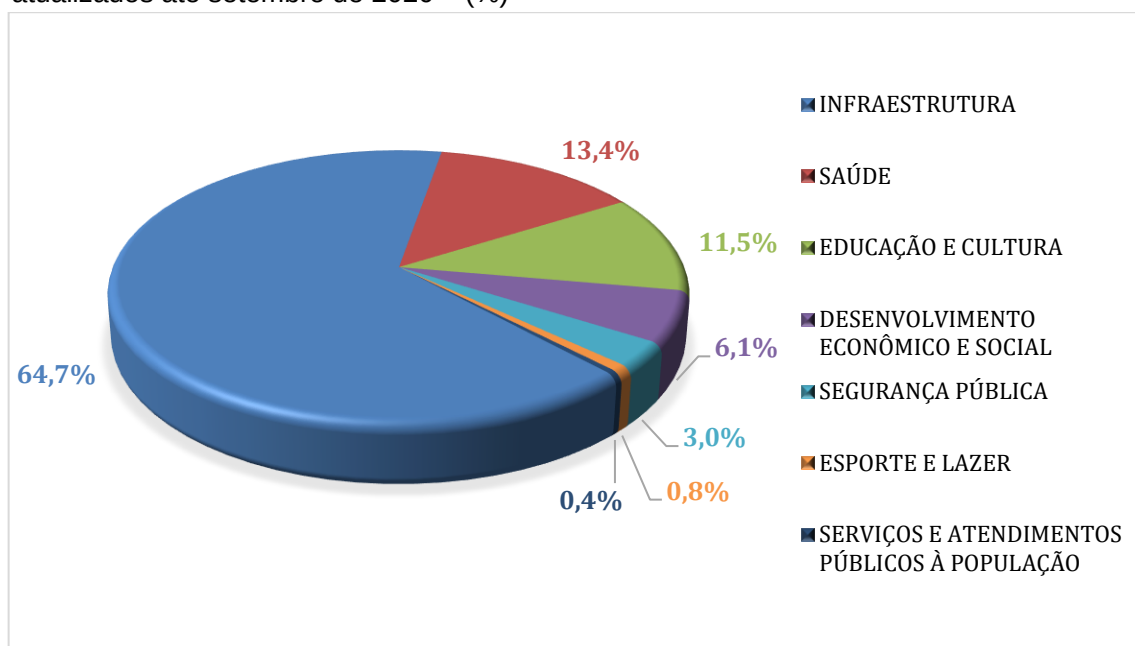
No terceiro trimestre de 2020, foram aplicados R\$ 301,36 milhões em investimentos públicos estaduais, segundo a SEPLAN/MA

Foram aplicados R\$ 301,36 milhões em investimentos públicos estaduais no terceiro semestre de 2020, sendo R\$ 113,83 milhões em setembro, segundo a SEPLAN/MA. Segundo a SECAP, 64,7% dos recursos públicos em andamento foram destinados à categoria Infraestrutura, principalmente os programas e obras de pavimentação de rodovias e vias urbanas (pavimentação de rodovias que ligam os municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, Bom Jardim e São João do Carú, Primeira Cruz e Santo Amaro, dentre outras), pontes (construção da ponte sobre o Rio Pericumã que liga o município Bequimão a Central do Maranhão), e obras para ampliação dos serviços de saneamento básico com a implantação e/ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água (implantação de sistemas de simplificados de abastecimento de água, como a perfuração de poços artesianos, construção de reservatórios e rede distribuição domiciliar nos municípios Jenipapo dos Vieiras, Açailândia, Paraibano, Serrano do Maranhão, dentre outros). Além das obras de expansão e melhoria da estrutura portuária, por meio de investimentos no Porto do Itaqui, nos terminais da Ponta da Espera e do Cujupe e em outros municípios maranhenses, favorecendo melhor fluxo da economia.

Mediante a segunda maior participação nos investimentos públicos, com 13,4% dos investimentos em Saúde, foi implementada a melhoria da rede física de saúde, aquisição de aparelhos e equipamentos médicos e hospitalares para manutenção do sistema de saúde público,

devido à alta demanda pelo serviço em razão da pandemia da COVID-19. Na Educação (11,5%), o fomento se deu por meio de obras dos programas como o Escola Digna (que substituiu escolas de taipa e palha por escolas de alvenaria) e programas de melhoria e expansão relacionados ao sistema educacional público do estado (como a construção e manutenção de centros de ensino em Balsas, Barra do Corda, Carolina, Grajaú, São Luís, Timon, dentre outros municípios).

Gráfico 19 - Destinação de investimentos públicos estaduais em andamento por categoria, atualizados até setembro de 2020 – (%)



Fonte: Secretaria de Comunicação e Articulação Política (SECAP)/Governo do Maranhão

A categoria Desenvolvimento Econômico e Social (6,1%) contempla recursos destinados à manutenção de programas de geração de ocupações e assistência social, como o Cheque Minha Casa (apoio à reforma, à ampliação ou à melhoria de unidades habitacionais já existentes) e convênios realizados pelo Governo do Estado com prefeituras e organizações da sociedade civil, de forma direta ou por meio de emendas parlamentares por intermédio da SAF (Secretaria de Estado da Agricultura Familiar), desenvolvendo projetos direcionados à agricultura familiar como o desenvolvimento de Sistemas Produtivos dos Assentamentos de Reforma Agrária, aquisição de equipamentos agrícolas, implantação de campos agrícolas, piscicultura, etc.

Quanto aos investimentos privados, vale destacar a inauguração da planta de produção de cloro alcalis, na cidade de Codó pela *Chlorum Solutions*, por meio da Alliance Maranhão com investimento estimado na ordem de R\$ 45 milhões. O produto é insumo fundamental para diversas indústrias químicas, siderúrgicas e mineradoras, o que beneficia as indústrias que já estão instaladas no estado, além de atrair outras alavancando o setor industrial e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

3.4. Finanças Públicas

Medidas de combate à COVID-19 no Maranhão atenuam impacto negativo da crise nas finanças estaduais

A Receita Total do estado do Maranhão totalizou R\$ 16,7 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2020, de acordo com os dados da SEPLAN/MA. Comparado ao mesmo período do ano passado, a Receita Total apresentou crescimento real de 5,9%. As Receitas Correntes registraram crescimento, em razão do aumento do repasse de recursos da União, os quais

aumentaram 14,3%, no contexto da crise de COVID-19. As receitas dos impostos, por sua vez, apresentaram estabilidade no período, totalizando R\$ 7,0 bilhões, cerca de 41% da Receita Total.

Tabela 17 - Maranhão: Receitas Correntes e de Capital, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2020), no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020*

Descrição	2019	2020	Cresc. (%)
Receitas (Exceto Intraorçamentárias) (I)	14.921,2	16.114,3	8,0
Receitas Correntes	14.724,4	15.852,9	7,7
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.048,8	7.037,1	-0,2
Contribuições	409,1	496,2	21,3
Receita de Serviços	3,6	0,3	-91,0
Receita Patrimonial	53,6	46,7	-13,0
Outras Receitas Correntes	129,1	177,9	37,8
Transferências Correntes	7.080,1	8.094,7	14,3
Receitas de Capital	196,8	261,4	32,8
Alienação de Bens	0,6	3,2	459,8
Operações de Crédito	155,3	171,0	10,1
Amortização de Empréstimos	0,0	0,0	-
Outras Receitas de Capital	33,0	86,5	161,9
Transferências de Capital	7,9	0,7	-90,7
Receitas (Intraorçamentárias) (II)	802,8	540,7	-32,6
Total (I + II)	15.724,0	16.655,0	5,9

Fonte: SEPLAN *Dados passíveis de alteração

Quanto às Receitas Tributárias (**Tabela 18**), observou-se que os tributos estaduais voltaram a registrar aumento no mês de setembro, quando comparado ao mesmo mês do ano passado. O ICMS, principal componente dos tributos, apresentou crescimento de 1,6% na arrecadação, o que pode indicar uma recuperação no consumo das famílias. O IPVA foi o imposto que apresentou maior crescimento em setembro, totalizando R\$ 39,2 milhões no mês. Esse resultado foi influenciado pela Medida Provisória nº 322/2020 de 22/07/2020, que instituiu benefícios fiscais para débitos de IPVA de 2020 e anos anteriores. O prazo para adesão foi até 30/09/2020 e, de acordo com a SEFAZ, o Estado já recuperou aos cofres públicos mais de R\$ 52,7 milhões em pagamentos integrais e R\$ 3 milhões em parcelamentos³⁵.

Tabela 18 - Maranhão: Arrecadação de tributos estaduais em setembro de 2019 e 2020 e no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020*, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2020), crescimento (%) e Variação Absoluta

Descrição	Setembro				Acumulado (janeiro - setembro)			
	2019	2020	Cresc. (%)	Var. Abs.	2019	2020	Cresc. (%)	Var. Abs.
ICMS ¹	595,24	604,90	1,6	9,7	4.985,49	4.865,19	-2,4	-120,3
ITCD	1,82	1,30	-28,8	-0,5	12,44	12,34	-0,8	-0,1
FUMACOP	83,03	78,43	-5,5	-4,6	467,14	516,20	10,5	49,1
IPVA	18,19	39,16	115,3	21,0	422,01	402,12	-4,7	-19,9
Demais ²	78,32	97,98	25,1	19,7	689,84	734,39	6,5	44,6
Total	776,61	821,76	5,8	45,1	6.576,91	6.530,24	-0,7	-46,7

Fonte: SEFAZ (ORACLE) ¹Refere-se aos contribuintes inscritos e não inscritos, mas que realizam a arrecadação de ICMS. ²Taxas cobradas por todas as Secretarias (Fazenda, Segurança, DETRAN, Vigilância, Bombeiros etc.); Multas aplicadas pelas Secretarias da Fazenda, Ambiente, Vigilância, Meio Ambiente, TCE, PROCON etc.; Contribuições para Fundos Públicos (Fundo da Indústria, do Meio Ambiente, de Combate ao Câncer, entre outros). *Dados coletados em 21/07/2020

No acumulado do ano, a perda de arrecadação total ficou em R\$ 46,7 milhões até setembro de 2020 na comparação com o mesmo período de 2019. O ICMS lidera a perda de receita (-R\$ 120,3 milhões), devido, sobretudo, ao impacto da crise de COVID-19. Em seguida, aparece o IPVA, com perda de R\$ 19,9 milhões no período.

³⁵ Disponível em: <https://sistemas1.sefaz.ma.gov.br/portalsefaz/jsp/noticia/noticia.jsf?codigo=6402>. Acesso em: 27/10/2020.

A análise do ICMS por setor de atividade econômica indica que, no comparativo interanual, algumas atividades já iniciaram uma recuperação na arrecadação, com destaque para o setor terciário. Em setembro, o comércio varejista e o atacadista registraram crescimento real de 51,5% e 38,7%, respectivamente. No acumulado do ano, o setor terciário apresentou até setembro incremento de R\$ 446,8 milhões. O pagamento do auxílio emergencial pelo Governo Federal ajudou a impulsionar o consumo das famílias que, aliado ao controle da pandemia e reabertura das atividades por parte do Governo do Estado, possibilitou a recuperação do comércio. Ainda, o transporte da safra recorde de grãos do estado auxiliou na dinâmica do setor de serviços, bastante atingido pela crise.

Tabela 19 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica em setembro de 2019 e 2020 e no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2020), crescimento (%) e Variação Absoluta

Setor	Grupo Atividade	Setembro				Acumulado (janeiro - setembro)			
		2019	2020	Cresc. (%)	Var. Abs.	2019	2020	Cresc. (%)	Var. Abs.
PRIMÁRIO	Agricultura	1,9	1,3	-30,4	-0,6	12,3	10,3	-16,4	-2,0
	Pecuária	2,8	3,0	6,1	0,2	24,3	27,6	13,6	3,3
	Pesca e	0,1	0,1	13,1	0,0	0,5	0,4	-30,0	-0,2
	Produção	0,2	0,2	-1,0	0,0	1,6	1,8	9,7	0,2
	Subtotal	5,0	4,6	-8,1	-0,4	38,8	40,1	3,3	1,3
SECUNDÁRIO	Combustível ¹	217,4	139,0	-36,1	-78,4	1.693,7	1.205,5	-28,8	-488,2
	Energia Elétrica	1,1	0,9	-18,7	-0,2	10,6	23,2	119,9	12,7
	Ind. de Transf.	130,6	132,0	1,1	1,4	890,3	909,1	2,1	18,8
	Ind. Extrativista	2,0	2,9	43,3	0,9	22,9	21,0	-8,2	-1,9
	Ind. Outras	0,3	0,2	-45,0	-0,2	2,0	1,7	-16,8	-0,3
	Subtotal	351,4	275,0	-21,7	-76,4	2.619,5	2.160,6	-17,5	-458,9
TERCIÁRIO	Combustível ²	32,6	29,8	-8,6	-2,8	221,4	331,2	49,6	109,8
	Com. Atacadista	104,2	144,5	38,7	40,3	872,7	1.034,1	18,5	161,4
	Com. Varejista	88,7	134,5	51,5	45,7	809,5	876,1	8,2	66,6
	Energia Elétrica	77,6	80,4	3,5	2,7	676,9	620,3	-8,4	-56,6
	Outros Serviços	9,2	9,9	7,6	0,7	70,8	80,6	13,8	9,8
	Serv. de Comunicação	34,1	35,6	4,5	1,5	297,8	303,9	2,0	6,1
	Serv. de Transp.	17,4	18,0	3,8	0,7	157,0	306,6	95,4	149,7
	Subtotal	363,9	452,7	24,4	88,9	3.106,0	3.552,8	14,4	446,8

Fonte: ORACLE (SEFAZ) *Dados coletados em 21/07/2020. ¹Fazem parte desse grupo, as atividades de extração de petróleo e gás natural; de fabricação de álcool e de derivados do petróleo e de refino de óleos lubrificantes. ²Fazem parte desse grupo, atividades relacionadas ao comércio atacadista e à distribuição de combustíveis.

Transferências Constitucionais para o estado registram aumento de 11,1% até setembro de 2020

As Transferências Constitucionais para o Maranhão totalizaram R\$ 655,9 milhões em setembro de 2020, cerca de R\$ 151,7 milhões a mais que no mesmo mês de 2019. Apesar dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) terem apresentado recuo de R\$ 78,5 milhões, afetados pela crise de COVID-19, os repasses por meio da Lei Complementar (LC) 173/2020 foram decisivos para o aumento nas transferências totais. A LC nº 173/2020 faz parte do Programa Federativo de Combate à COVID-19, que prevê o Auxílio Financeiro Emergencial a estados e municípios, Renegociação das obrigações com a União, Bancos Públicos e Organismos Internacionais, dentre outros.

Tabela 20 - Maranhão: Transferências Constitucionais para o Maranhão em setembro de 2019 e 2020, no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020, em R\$ milhões correntes, crescimento (%) e Variação Absoluta

Descrição	Setembro				Acumulado (janeiro - setembro)			
	2019	2020	Cresc. (%)	Var. Abs.	2019	2020	Cresc. (%)	Var. Abs.
Estado	504,2	655,9	30,1	151,7	5.392,5	5.992,1	11,1	599,6
FPE	384,4	305,9	-20,4	-78,5	4.172,8	3.837,0	-8,0	-335,7
FUNDEB	108,0	99,7	-7,7	-8,3	1.127,2	1.064,3	-5,6	-62,9
LC 173/2020	-	239,8	-	-	-	983,9	-	-
Demais ¹	11,8	10,4	-11,3	-1,3	92,5	106,9	15,6	14,4
Municípios	4.812,8	4.788,1	-0,5	-24,7	9.635,3	9.589,8	-0,5	-45,5
FPM	237,3	186,3	-21,5	-51,0	2.737,5	2.524,4	-7,8	-213,1
FUNDEB	418,6	415,2	-0,8	-3,3	4.357,3	4.433,7	1,8	76,4
Demais ²	10,7	34,3	219,6	23,6	2.540,5	2.585,0	1,8	44,5

Fonte: STN ¹Fazem parte dessa rubrica a Cide-combustíveis, o IOF-Ouro, o IPI vinculado à exportação, as transferências relacionadas à Lei Kandir e os royalties. ²Fazem parte dessa categoria todas as transferências citadas anteriormente, substituindo-se o IPI-exp pelo ITR

Vale ressaltar que o Governo Federal editou a Medida Provisória (MP) 938/2020, prevendo Apoio Financeiro aos Estados e Municípios, por meio do repasse do montante correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados pelos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM), inicialmente de março a junho de 2020, em relação ao mesmo período de 2019. Entretanto, os estados oficializaram pedido para prorrogação dos repasses e o Congresso estendeu o prazo até novembro de 2020³⁶.

Gastos com Saúde crescem 36,4% até setembro de 2020, consolidando-se como o maior gasto no acumulado do ano

De janeiro a setembro de 2020, as despesas do estado corresponderam a R\$ 12,4 bilhões, permanecendo no mesmo patamar do ano passado. Desse montante, R\$ 11,1 bilhões foram direcionados para as Despesas Correntes e R\$ 1,3 bilhão para as Despesas de Capital. Dentre as primeiras, destaca-se a diminuição dos gastos com pessoal, que registraram recuo de 3,2%. Segundo relatório do Tesouro Nacional³⁷, o Maranhão foi um dos cinco estados que comprometeram menos de 50% da Receita Total com Pessoal e Encargos Sociais até o 4º bimestre de 2020. Além disso, apresentou a sexta melhor taxa de poupança corrente do país (28%). Esses resultados permitem maior autonomia para realizar Investimentos, que avançaram 17,2% no acumulado do ano até setembro em relação ao mesmo período de 2019.

Tabela 21 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020, em R\$ milhões constantes (IPCA set/2020)

Descrição	2019	2020	Cresc. Real (%)
Despesas Correntes (I)	10.945,3	11.088,7	1,3
Pessoal e Encargos Sociais	7.017,6	6.795,2	-3,2
Juros e Encargos da Dívida	323,0	124,3	-61,5

³⁶Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/07/22/maia-diz-que-pode-deixar-repasse-ao-setor-de-transportes-para-projeto-de-lei.ghtml>. Acesso em: 27/10/2020.

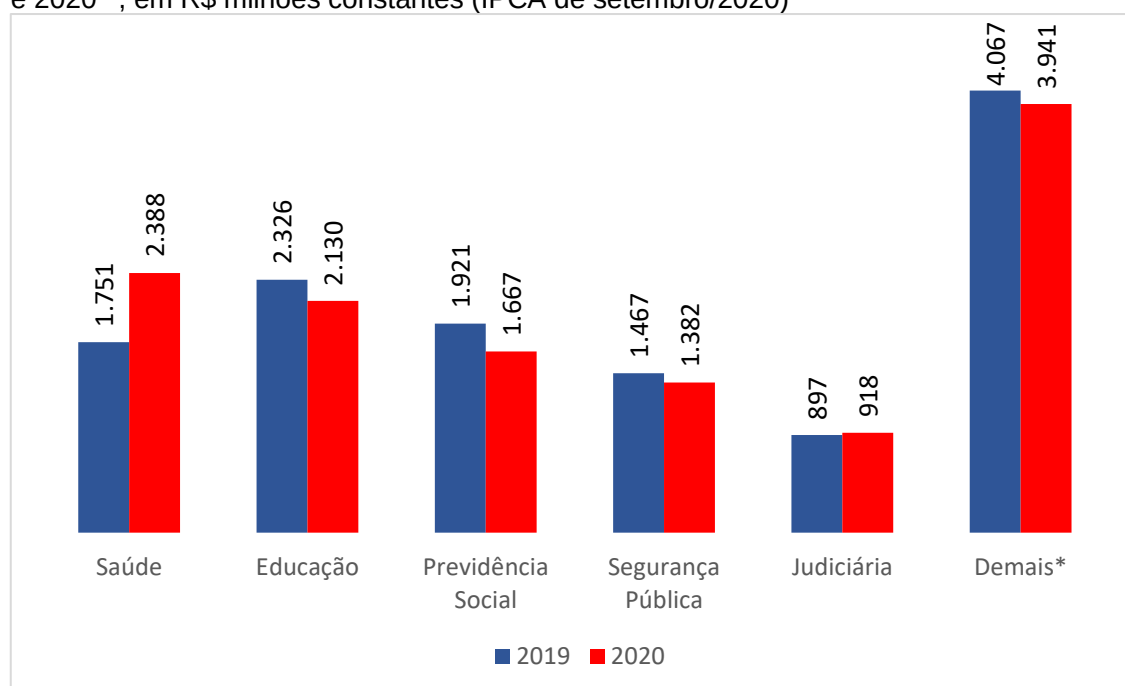
³⁷ RREO em Foco – Estados e DF: 4º bimestre de 2020. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/rreo-em-foco-estados-e-municipios/2020/16>. Acesso em: 27/10/2020

Outras Despesas Correntes	3.604,7	4.169,1	15,7
Despesas de Capital (II)	1.483,6	1.338,1	-9,8
Investimentos	827,7	970,5	17,2
Inversões Financeiras	107,1	110,3	3,1
Amortização da Dívida	548,9	257,3	-53,1
Total (I + II)	12.428,9	12.426,8	0,0

Fonte: SEPLAN *Dados passíveis de alteração

Quanto aos gastos por função, observou-se que, no acumulado de janeiro a setembro de 2020, as áreas que receberam os maiores volumes de recursos no Maranhão foram: Saúde (R\$ 2,4 bilhões), Educação (R\$ 2,1 bilhões), Previdência Social (R\$ 1,7 bilhão), Segurança Pública (R\$ 1,4 bilhão) e Judiciária (R\$ 918 milhões).

Gráfico 20 - Maranhão: Gastos por função no acumulado de janeiro a setembro de 2019 e 2020**, em R\$ milhões constantes (IPCA de setembro/2020)



Fonte: SEPLAN *Fazem parte dessa rubrica, as seguintes funções: Cultura, Ciência e Tecnologia, Gestão Ambiental, Indústria, Desporto e Lazer, Comércio e Serviços, Trabalho, Habitação, Organização Agrária, Encargos Especiais, Administração, Essencial à Justiça, Legislativa, Direitos da Cidadania, Transporte, Assistência Social, Urbanismo, Agricultura e Saneamento. **Dados passíveis de alteração

Quando comparados a 2019, os gastos com Saúde apresentaram o maior crescimento absoluto dentre todas as funções, somando R\$ 637,3 milhões (+36,4%), consolidando-se como o maior gasto em 2020. Esse aumento é decorrente dos gastos necessários para preservar as vidas durante os meses de pandemia, com ampliação do número de leitos clínicos e de UTIs no estado, além de aquisição de máquinas e equipamentos hospitalares para atender à população.

3.5. Mercado de Trabalho

3.5.1. Ocupação

Em setembro de 2020, havia 2,025 milhões de ocupados do estado. Do contingente registrado, cerca de 4,4% estavam afastados do trabalho, devido ao distanciamento social

A PNAD COVID-19, elaborada pelo IBGE, estimou que o número de residentes no Maranhão com 14 anos ou mais de idade – população apta para trabalhar – era de 5,400 milhões em setembro de 2020. A população na força de trabalho, por sua vez, foi estimada em 2,506 milhões. Dentre esses, cerca de 2,025 milhões estavam ocupados e 481 mil desocupados. Em agosto, o contingente de desocupados no estado estava em 445 mil. Assim, a taxa de desocupação no Maranhão chegou a 19,2%, ante uma taxa de 18,1% registrada no mês anterior. Verifica-se a mesma trajetória para a região Nordeste, cuja taxa de desocupação passou de 15,7% para 16,9%, considerando o mesmo período de referência.

Ressalta-se, quanto à taxa de desocupação estadual, que o crescimento do indicador tem sido influenciado pelo atual momento em que se observa ampliação da demanda de postos de trabalho. Esse fato desperta maior expectativa de obtenção de trabalho por parte da parcela desalentada da população, fazendo aumentar, no curto prazo, o número de pessoas desocupadas.

Devido à volta das atividades econômicas, a população que não estava ocupada ou procurando emprego em setembro de 2020 no Maranhão (2,894 milhões de pessoas) recuou 1,1% em relação a agosto e 6,0% quando comparada a maio, primeiro mês de divulgação da pesquisa. Aproximadamente, 49,6% do total registrado de pessoas fora da força de trabalho não procuraram trabalho, mas gostariam de trabalhar. Dentre as pessoas que não procuraram trabalho, mas que revelaram interesse em trabalhar, 64,3% alegaram que não procuraram trabalho, principalmente, em razão da pandemia ou da falta de trabalho na localidade.

Em setembro de 2020, havia 2,025 milhões de ocupados do estado. Do contingente registrado, cerca de 4,4% estavam afastados do trabalho, devido ao distanciamento social. Em julho, esse percentual era de 6,9%. No período, ainda se constata que 90 mil pessoas trabalhavam de forma remota no Maranhão, contingente superior ao registrado em agosto, junho e julho – 86 mil, 73 mil e 78 mil, respectivamente.

A PNAD COVID constatou, ainda, que no Maranhão 19,5% da população ocupada e não afastada (366 mil pessoas) trabalharam menos do que sua jornada habitual. Efeito similar foi observado no rendimento efetivo dos trabalhadores (R\$ 1.361), o qual ficou abaixo do rendimento habitual (R\$ 1.444). Destaque para o rendimento médio efetivo, que registrou aumento de 1,5% em setembro em relação ao mês anterior.

A massa de rendimentos dos ocupados, que habitualmente alcança R\$ 2,843 bilhões, foi efetivamente de R\$ 2,680 bilhões. Em contrapartida, nota-se, a seguir, a influência do auxílio emergencial como contraponto.

Em setembro, 63,7% dos domicílios do estado receberam auxílio emergencial, em agosto havia sido 65,5%. Ainda, dos 1,929 milhão de domicílios regulares, 67,2% possuíam ao menos uma pessoa que recebeu auxílio emergencial, seguro desemprego, BPC ou Programa Bolsa Família em setembro de 2020. Em relação ao rendimento real domiciliar *per capita* médio efetivamente recebido, em setembro foi registrado R\$ 751, mantendo-se estável em relação a agosto.

3.5.2. Emprego formal

Maranhão registra quarto maior saldo de contratações formais do país no acumulado até setembro

No Maranhão, no mês de setembro do ano corrente, o saldo líquido de contratações registrado foi de 5.020, o maior saldo para os meses de setembro desde 2014, conforme dados do CAGED. Foi o quarto mês seguido de geração de novas vagas formais, mesmo com a crise econômica nacional. Esse resultado implicou crescimento de 1,03% no estoque de empregos celetistas, saindo de 488.522 para 493.542 vínculos, de agosto para setembro, respectivamente.

Ainda em relação ao mês de setembro, observou-se desempenho positivo nos cinco grupamentos de atividade: Construção (+1,7 mil vínculos); “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” (+1,1 mil vínculos); Serviços (+1,0 mil vínculos), com predominância nas atividades “Administrativas e Serviços Complementares” (+719 vínculos); “Indústria Geral” (+974 vínculos) e “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” (+147 vínculos).

Tabela 22 - Maranhão: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas – saldo mensal* e acumulado** de 2020

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Setembro	Jan. - Set.
Maranhão – Total	5.020	13.033
Agropecuária	147	1.540
Indústria Geral	974	1.554
Indústrias Extrativas	26	45
Indústrias de Transformação	933	1.333
Eleticidade e Gás	14	39
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	1	137
Construção	1.723	3.997
Comércio	1.101	0
Serviços	1.075	5.942
Transporte, armazenagem e correio	162	-151
Alojamento e alimentação	158	-1.956
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	938	2.809
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Educação, Saúde humana e serviços sociais	-228	4.494
Serviços domésticos	1	7
Outros serviços	44	739

Fonte: CAGED e Novo CAGED – SEPRT/ME

* janeiro a setembro de 2020

** Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo.

Nos nove meses de 2020, ocorreram, no Maranhão, 13.033 admissões líquidas. Trata-se do quarto maior saldo de contratações formais no país, sendo o estado maranhense o único do Nordeste a apresentar geração de vagas no ano. Nesse período, o estoque passou de 480.392 vínculos, em 1º de janeiro de 2020, para 493.425 vínculos em setembro de 2020, uma taxa de variação de 2,71%.

O setor da “Construção” foi responsável pela geração de quase 4 mil empregos no acumulado do ano. O Governo do Estado, por meio das ações da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra), tem desenvolvido ações de recuperação, restauração completa e de trechos, além de sinalização e melhoramento. Devido a novos trechos que passam a integrar o planejamento e outros que já são finalizados, atualmente, a pasta contabiliza mais de 130 intervenções entre rodovias estaduais e vias urbanas, com mais de R\$ 400 milhões aplicados.

O Plano Emergencial de Empregos Celso Furtado tem sido uma importante estratégia para o enfrentamento das dificuldades econômicas oriundas do período de pandemia da COVID-19,

especialmente no incentivo à geração de emprego e renda. Com investimentos públicos de R\$ 558 milhões, o Estado está realizando um conjunto de obras e compras públicas, a fim de aquecer a economia e incentivar a geração novos postos de trabalho.

Em relação aos empregos gerados no território maranhense, 109 municípios apresentaram saldo positivo no acumulado de 2020, os maiores resultados foram apresentados pelas seguintes cidades: São Luís (+7,4 mil vínculos); Aldeias Altas (+929 vínculos); Coelho Neto (+828 vínculos), Campestre do Maranhão (+748 vínculos); e Santo Antônio dos Lopes (+737 vínculos). Quanto aos 90 municípios que registraram perda de vagas, as mais expressivas foram em: Açailândia (-712 vínculos); Carolina (-290 vínculos); Santa Inês (-197 vínculos); Caxias (-168 vínculos); e Bacabal (-166 vínculos).

A capital maranhense apresentou saldo acumulado positivo puxado pelas seguintes atividades: Atenção Apoio à Gestão de Saúde (+4.347); Supermercados (+1.255); e Construção de Rodovias e Ferrovias (+1.053). Cabe destacar que, no acumulado do ano, São Luís foi o segundo município que mais gerou vagas no país.

Nos municípios Aldeias Altas e Campestre, a geração de emprego concentrou-se na atividade do Cultivo de Cana-de-Açúcar (com saldo de 931 e 612 vagas, respectivamente) e em Coelho Neto foi na atividade de Fabricação de Açúcar Bruto (+994). Já em Santo Antônio dos Lopes as contratações ocorreram exclusivamente na atividade de Montagem de Estruturas Metálicas³⁸ (+736).

Em relação à Açailândia, a queda do emprego formal resultou das atividades: Organização Logística do Transporte de Carga (-265) e Apoio à Produção Florestal (-229).

Em suma, o Maranhão registrou o quarto mês consecutivo de geração de novas vagas formais, consolidando assim a trajetória de retomada do emprego formal. Somente no mês de setembro, ocorreu geração de 5.020 vínculos formais celetistas, disseminados em todos os cinco grupamentos de atividades.

Destaca-se que, até o primeiro bimestre deste ano, o comportamento do mercado de trabalho formal do Maranhão vinha atingindo um desempenho superior ao observado no ano passado. Esse quadro altera-se drasticamente com a crise sanitária iniciada em março deste ano, que resultou em 3,0 mil demissões líquidas no primeiro semestre.

Contudo, somente no terceiro trimestre do ano, a geração de empregos no estado superou em cinco vezes as perdas registradas até aquele momento, culminando em 13.033 admissões líquidas no acumulado de 2020. Trata-se do quarto maior saldo de contratações formais no país, sendo o estado maranhense o único do Nordeste a apresentar geração de vagas no ano.

³⁸ Neste município está sendo construída a Usina Parnaíba V, com previsão de abertura de aproximadamente 400 vagas (para os próximos três meses), que provavelmente beneficiará os profissionais da região do Médio Mearim. Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br/2020/11/03/eneva-inicia-montagem-da-usina-parnaiba-v-em-santo-antonio-dos-lobes/>. Acesso em: 03 nov. 2020.